

INFORMS

INFORMATIVO
MERCOSUL SHIPPING

RESUMO INFORMATIVO
COM AS PRINCIPAIS
NOTÍCIAS DOS SETORES
PORTUÁRIO E DE
NAVEGAÇÃO

Edição 149/2021
Data: 22/09/2021

ÍNDICE

PARA ACESSAR RAPIDAMENTE O ARTIGO, POSICIONE O CURSOR NA MANCHETE, E SIGA AS INSTRUÇÕES.

A TRIBUNA DIGITAL (SP)	3
PREFEITO DE SANTOS DEFENDE REPASSES FINANCEIROS DE TERMINAIS PORTUÁRIOS AO MUNICÍPIO	3
DESESTATIZAÇÃO VAI REDUZIR TARIFAS DO PORTO DE SANTOS, DIZ MINISTRO.....	3
ARRENDATÁRIOS TERÃO PALAVRA FINAL NO PORTO DE SANTOS EM NOVO MODELO DE GESTÃO, DIZ DIOGO PILONI.....	4
PARA PRESIDENTE DA AUTORIDADE PORTUÁRIA, DESESTATIZAÇÃO É 'OPORTUNIDADE ÚNICA' PARA DESLANCHAR	5
TRABALHADORES PRECISAM SER CAPACITADOS PARA ACOMPANHAR FUTURO DO SETOR PORTUÁRIO	6
DIRETORA DA ANTAQ DEFENDE 'HARMONIZAR INTERESSES' EM DESESTATIZAÇÃO DO PORTO DE SANTOS	7
ANTAQ – AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS	8
ANTAQ ABRE CONSULTA PÚBLICA PARA REGULAMENTAR CONTRATOS DE USO TEMPORÁRIO.....	8
O SOPESP – SIND DOS OPERADORES PORTUÁRIOS DO EST. SP	9
SOPESP PARTICIPA DO 2º ENCONTRO PORTO & MAR.....	9
PORTO DO ITAQUI RECEBE EMBAIXADORES ASIÁTICOS	9
CISMAR RECEBE GERENTE DE OPERAÇÕES DO PORTO DE AÇU.....	10
EM AUDIÊNCIA PÚBLICA, PORTO APRESENTA FUTURO “MOEGÃO” NO DIA 20/10.....	11
DOCAS DO RIO BATE RECORDE DE FATURAMENTO NOS PORTOS EM AGOSTO	11
ISTOÉ - DINHEIRO	12
GM VAI RETOMAR PRODUÇÃO EM DOIS TURNOS EM SUAS FÁBRICAS NO BRASIL	12
LEILÃO DOS CORREIOS TERÁ MAIS DE 60 MIL ITENS DE JOIAS A ROUPAS; VEJA COMO PARTICIPAR.....	13
AGENCIA EPBR DE NOTÍCIAS	14
PARLAMENTARES DEFENDEM VENDA DIRETA DE ETANOL PARA OS POSTOS	14
TRANSPORTE, COMERCIALIZAÇÃO E MONETIZAÇÃO DO GÁS DO PRÉ-SAL: PERSPECTIVAS PARA CONSTITUIÇÃO DE UM HUB DE GÁS NA COSTA FLUMINENSE	18
JORNAL O GLOBO – RJ	20
GOVERNO E CONGRESSO NEGOCIAM AMPLIAÇÃO DA DESONERAÇÃO DA FOLHA ENQUANTO TENTAM PRORROGAR MEDIDA PARA 17 SETORES	21
NEGOCIAÇÃO DO CONGRESSO PREVÊ DESCONTOS DE ATÉ 40% PARA PRECATÓRIOS.....	22
DIRETORIA DA REFER, FUNDO DE PENSÃO SOB INVESTIGAÇÃO DA PF, É AFASTADA POR CONSELHO DELIBERATIVO	23
REFORMA ADMINISTRATIVA: RELATOR TENTA ACORDO PARA APROVAR TEXTO NA COMISSÃO COM ESPAÇO PARA INCLUSÃO DE ELITE DO JUDICIÁRIO.....	24
INFRAERO PÓS-CONCESSÕES: 4,3 MIL FUNCIONÁRIOS E NENHUM AEROPORTO PARA ADMINISTRAR	25
TRIBUNA DO NORTE – RN	26
FEDERAÇÃO DOS PORTUÁRIOS VAI ACIONAR JUSTIÇA PARA TENTAR SUSPENDER LEILÃO	26
TERMINAL SALINEIRO DE AREIA BRANCA VAI A LEILÃO EM NOVEMBRO	27
O ESTADO DE SÃO PAULO - SP	28
COMISSÃO ESPECIAL DA PEC DOS PRECATÓRIOS SERÁ COMANDADA POR LÍDERES DO CENTRÃO	28
ALÍVIO COM A CHINA FAZ BOLSA BRASILEIRA RETOMAR OS 112 MIL PONTOS	29
MINISTÉRIO DA ECONOMIA REDUZ PROJEÇÃO DE ROMBO NAS CONTAS PÚBLICAS PARA R\$ 139 BI EM 2021	30
VALOR ECONÔMICO (SP)	31
MINÉRIO DE FERRO SOBE 16,8% NO PORTO DE QINGDAO E VOLTA A US\$ 108,70 POR TONELADA.....	31
ALCOA VOLTA A PRODUZIR ALUMÍNIO NO BRASIL COM REVIRAVOLTA DO MERCADO.....	32
CRISE DA EVERGRANDE: CHINA TEM COMO AMORTECER COLAPSO, DIZ ECONOMISTA DA OCDE.....	33
PORTAL PORTOS E NAVIOS	35
MAIS DE 150 ORGANIZAÇÕES PEDEM AÇÃO PARA DESCARBONIZAR O TRANSPORTE MARÍTIMO ATÉ 2050.....	35
WÄRTSILÄ APOSTA EM MOTOR A AMÔNIA PARA 2023.....	36
FIRJAN E PETROBRÁS SE JUNTAM PARA IMPLANTAR UM COMPLEXO INDUSTRIAL NO POLO GASLUB, EM ITABORAÍ (RJ).....	37
CLASSNK HOMOLOGA SERVIÇO DE MONITORAMENTO DE CO2 EM TEMPO REAL DA WEATHERNEWS.....	38
HAPAG-LLOYD ENCOMENDA MAIS 75 MIL CONTÊINERES PADRÃO	38
PORTO DO RIO GRANDE BATE RECORDE DE MOVIMENTAÇÃO	39
MERCOSHIPPING MARÍTIMA LTDA	40
MERCOSHIPPING DISPONIBILIZA O INFORMS TAMBÉM ATRAVÉS DE RSS	40



A TRIBUNA DIGITAL (SP)

PREFEITO DE SANTOS DEFENDE REPASSES FINANCEIROS DE TERMINAIS PORTUÁRIOS AO MUNICÍPIO

Rogério Santos quer parte dos valores das outorgas de terminais portuários vá para a Prefeitura
Por: Redação



O prefeito defendeu maior diálogo na relação Porto-Cidade
Foto: Matheus Tagé/AT

O prefeito de Santos, Rogério Santos (PSDB), durante o 2º Encontro Porto & Mar 2021, realizado pelo Grupo Tribuna na noite desta terça-feira (21), fez um discurso inflamado defendendo que parte dos valores das outorgas (montantes que as empresas

pagam para a concessão de áreas) de terminais portuários da Cidade seja repassada à Prefeitura. “O Município precisa ter voz e, nessas outorgas que teremos, cabe boa parte à Cidade. Não com criação de fundos, mas com recursos indo diretamente ao Município”, diz.

O prefeito defendeu maior diálogo na relação Porto-Cidade e pontuou que o Município deve ter autonomia para discutir as questões portuárias. “Meu governo defende o retorno (dos poderes deliberativos) do CAP (Conselho de Autoridade Portuária, órgão que reúne representantes da comunidade portuária), com sua estrutura e competência. Infelizmente, governos passados, por questões estratégicas, mudaram essa configuração, prejudicando o diálogo e a voz da comunidade portuária e da população”.

Rogério disse, ainda, que o modelo de desestatização deve ter um olhar social, não apenas de uma empresa visando lucro.

Cruzeiros

“Os cruzeiros marítimos, embora não sejam rentáveis para a Autoridade Portuária, devem ser incentivados, porque ajudam as políticas públicas. O turismo é bom para o Brasil. Agronegócio é bom, mas o turismo é fundamental”, disse o prefeito.

Fonte: A Tribuna Digital - SP

Data: 22/09/2021

DESESTATIZAÇÃO VAI REDUZIR TARIFAS DO PORTO DE SANTOS, DIZ MINISTRO

Titular da pasta da Infraestrutura, Tarcísio Gomes de Freitas participou nesta terça (21) do 2º Encontro Porto & Mar

Por: Maurício Martins

Mais obras de infraestrutura e menor custo de operação. Esse será o resultado da desestatização do Porto de Santos, segundo o ministro da Infraestrutura, Tarcísio Gomes de Freitas. A proposta de concessão da administração portuária também prevê investimentos de R\$ 16 bilhões, capazes de “revolucionar o complexo portuário” santista, diz o ministro.

“O resultado é uma maior flexibilidade na operação portuária, facilidade no processo de adensamento, desmembramento de áreas, melhor gestão de acessos e do canal (de navegação), que vai contemplar todos os terminais. O grande benefício desse momento de eficiência será a redução de custos. Podemos esperar a diminuição das tarifas hoje praticadas”, disse Tarcísio.



ser concluída até o final de 2022 Foto: Matheus Tagé

Ministro em vídeo no 2º Encontro Porto & Mar: desestatização deve

A afirmação foi feita pelo ministro ontem, durante sua participação, por vídeo, na abertura do 2º Encontro Porto & Mar 2021, promovido pelo Grupo Tribuna, no auditório de sua sede, em Santos. Tarcísio ressaltou que todo o processo de transferência da autoridade portuária para a iniciativa privada, com previsão de ser finalizada até o ano que vem, ocorrerá com segurança jurídica.

“Estamos discutindo quais os critérios de participação no leilão e isso tem a ver com a segurança regulatória a ser dada aos que já operam no Porto de Santos. É importante que não haja prevalência econômica de um operador sobre os demais. Todos têm que ter igualdade de condições”, afirmou.

O ministro garantiu que a questão da proteção dos contratos existentes está assegurada. “É importante preservar a segurança dos contratos que temos hoje no Porto. Isso foi levado em consideração no modelo. Os critérios são de investimentos, eficiência, sem onerar a cadeia de produção”.

Modelo

Tarcísio de Freitas destacou que o Brasil tem dado um passo muito importante no setor e que a estruturação da desestatização do Porto de Vitória (ES), já amplamente debatida, serve de base para o que será feito em Santos.

“Estamos falando de investimentos significativos que podem transformar a realidade do Porto de Santos. Nosso objetivo é transformar Santos no maior porto do Hemisfério Sul. Quantas vezes houve queixas em relação ao canal de acesso? É um problema que vamos resolver definitivamente. Temos a possibilidade de sair de um canal de 15 metros para um de 17 metros (de profundidade), com investimentos sobretudo com a dragagem de aprofundamento”.

O ministro ainda citou a previsão de remodelação do sistema rodoviário do Porto, com obras de acesso, pavimentação, iluminação, sinalização e ampliação de capacidade. Além disso, ressaltou a reestruturação ferroviária, com investimentos em ramais, automação e aumento da capacidade.

Fonte: A Tribuna Digital - SP

Data: 22/09/2021

ARRENDATÁRIOS TERÃO PALAVRA FINAL NO PORTO DE SANTOS EM NOVO MODELO DE GESTÃO, DIZ DIOGO PILONI

Secretário debateu desestatização do Porto de Santos, no 2º Encontro Porto & Mar 2021, realizado pelo Grupo Tribuna

Por: Maurício Martins

O 2º Encontro Porto & Mar 2021, realizado pelo Grupo Tribuna na noite desta terça-feira (21), debateu diversos assuntos ligados ao Porto de Santos. O modelo de desestatização estudado prevê que o arrendatário dê a palavra final nos processos de adaptação ou alteração dos

contratos de arrendamento, ao passá-los do direito público para o direito privado, quando a iniciativa privada assumir a gestão portuária.



Piloni destacou os cuidados que o Governo vai adotar em relação ao futuro concessionário do Porto
Foto: Matheus Tagé/AT

Durante o evento, o secretário nacional de Portos e Transportes Aquaviários, do Ministério da Infraestrutura, Diogo Piloni disse que, como há riscos de conflitos de interesse, do concessionário abusar do poder econômico e prejudicar os

operadores, por exemplo, há também potenciais ferramentas para mitigação desses riscos.

“E não só operadores, temos que avaliar restrições a participação de terminais ferroviários, de armadores, para preservar a visão de tratamento equânime que uma autoridade portuária deve ter”.

Piloni destacou esses pontos em sua participação no segundo painel do 2o Encontro Porto & Mar 2021, sobre segurança jurídica após o processo de desestatização do Porto de Santos. Os debatedores foram o diretor-presidente da Associação de Terminais Portuários Privado (ATP), Murilo Barbosa, o presidente do conselho da Associação Brasileira de Terminais Portuários (ABTP), Clythio Buggenhout, o presidente do Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo (Sopesp), Régis Prunzel, e o advogado Marcelo Sammarco.

Para Piloni o modelo de concessão traz uma segurança ainda maior à regulação, no que diz respeito ao papel que a autoridade portuária tem hoje. “O olhar já é atento. As modificações, os aumentos de tarifas, passam por avaliação, o que continuará acontecendo, mas com adicional de previsão e regras claras. O modelo de constituição de tarifas, partirá do pressuposto de não onerar de maneira nenhuma a cadeia logística”.

Prazos

O secretário nacional está confiante de que a desestatização será feita até o final do ano que vem. “Temos em torno de 12 meses para audiência pública, submissão ao Tribunal de Contas da União (TCU), publicação de edital e efetivação do leilão. São essas as próximas etapas, tendo em vista que os estudos já nos foram entregues e estão em fase final de revisão”.

A expectativa é de abrir consulta pública até outubro para que a modelagem esteja pronta no final do primeiro semestre de 2022. “Vamos cumprir essa etapa. Publicar o edital e fazer o leilão até novembro”, ressaltou Piloni.

Fonte: A Tribuna Digital - SP
Data: 22/09/2021

PARA PRESIDENTE DA AUTORIDADE PORTUÁRIA, DESESTATIZAÇÃO É 'OPORTUNIDADE ÚNICA' PARA DESLANCHAR

Fernando Biral participou do último painel do 2º Encontro Porto & Mar 2021
Por: Bruno Almeida

O presidente da Autoridade Portuária de Santos (APS), Fernando Biral, esteve no último dos quatro painéis de debates do 2º Encontro Porto & Mar 2021, promovido nesta terça-feira (21) pelo Grupo Tribuna, e admitiu que o processo de desestatização do complexo é uma oportunidade única para o Porto de Santos.



O presidente da Autoridade Portuária de Santos (APS) esteve no último painel Foto: Matheus Tagé/AT

Durante a discussão no painel "Competitividade e o Futuro dos Portos", Biral afirmou que o Porto santista tem "muito a melhorar em termos de infraestrutura, acesso e outras situações que estamos trabalhando. Como empresa pública é

muito mais lento, e isso é o motivo da desestatização: uma oportunidade única para que o deslanche aconteça".

Ele avaliou a oportunidade proporcionada pelo evento desta terça-feira, no auditório do Grupo Tribuna, em Santos, como um espaço único para "ouvir todos os participantes da comunidade portuária e conseguir a competitividade planejada". O presidente da APS lembra, ainda, que o modelo "vai fomentar toda atividade econômica na região".

A expectativa com as melhorias é alta por parte do presidente, principalmente pensando na redução de custos. "Se a gente comparar o custo em dólar da tonelada movimentada, a gente vai ver que Santos é muito competitivo. O fato é que a carga tributária brasileira é igual ao que se pratica na Europa, mas os serviços que a gente recebe, não".

Durante o painel que contou com a participação de Biral, também falaram a diretora do Departamento de Gestão de Contratos de Arrendamento e Concessão da Secretaria Nacional de Portos e Transportes Aquaviários do Ministério de Infraestrutura, Ana Luiza Salles, e o advogado Thiago Miller.

Fonte: A Tribuna Digital - SP

Data: 22/09/2021

TRABALHADORES PRECISAM SER CAPACITADOS PARA ACOMPANHAR FUTURO DO SETOR PORTUÁRIO

Especialista no tema faz alerta sobre o futuro da mão de obra no Porto de Santos

Por: Bruno Almeida



Hudson Carvalho e o apresentador Maxwell Rodrigues comandaram terceira mesa de debates Foto: Matheus Tagé/AT

O especialista em desenvolvimento organizacional e de pessoas Hudson Carvalho abriu o terceiro painel do 2º Encontro Porto & Mar 2021, nesta terça-feira (21), pedindo mais atenção aos trabalhadores portuários. Ele aproveitou a presença do secretário

nacional de Portos, Diogo Piloni, para frisar que a mão de obra não deve ser esquecida no processo de desestatização do Porto de Santos.

"Aproveito este espaço para pedir ao secretário que questões da qualificação e das relações do trabalho não sejam esquecidas no edital (de desestatização do Porto). É preciso pensar na

relação do Porto com a Cidade e também é necessário que os profissionais portuários busquem qualificação", comentou Carvalho.

Para ele, o trabalhador portuário precisará ter diferenciais daqui para frente. Navegar em mais de uma área, como os setores operacional e tecnológico, por exemplo, cada vez mais será uma exigência a ser cumprida.

"Vivemos num ambiente que tem uma certa dicotomia. Há falta e sobra de mão de obra. Se eu subo um degrau na qualificação da mão de obra, falta trabalhador. E há um grupo de pessoas que não terão tempo de se qualificar. Vejo que esses cronogramas que virão pela frente deverão ser coordenados, para incluir também um fator de proteção social", ponderou o especialista.

Também participaram da terceira mesa de debates o advogado Lucas Renio; o desembargador do Tribunal Regional do Trabalho de São Paulo (TRT-SP), Celso Peel Furtado de Oliveira; o diretor da Autoridade Portuária de Santos (APS), Bruno Stupello; e o presidente Federação Nacional dos Estivadores, José Adilson Pereira.

Fonte: A Tribuna Digital - SP

Data: 22/09/2021

DIRETORA DA ANTAQ DEFENDE 'HARMONIZAR INTERESSES' EM DESESTATIZAÇÃO DO PORTO DE SANTOS

A regulação do Porto desestatizado é discutida durante o 2º Encontro Porto & Mar 2021

Por: Bruno Almeida



A diretoria da Antaq, Flávia Takafashi, explicou o que pode mudar com a desestatização Foto: **Matheus Tagé/AT**

Na primeira mesa de debates do 2º Encontro Porto & Mar, realizada no auditório do Grupo Tribuna nesta terça-feira (21), representantes do setor portuário lembraram que o principal desafio da Agência Nacional de

Transportes Aquaviários (Antaq) será a regulação de possíveis excessos que venham a ser cometidos pela futura concessionária do Porto de Santos. O complexo portuário passará por um processo de desestatização.

A diretora da Antaq, Flávia Takafashi, prometeu que as relações entre os envolvidos na movimentação portuária permanecerão em consonância. "A função principal da agência é harmonizar interesses. Quando colocamos agentes externos, pode haver mais conflitos, porque teremos uma nova dinâmica. O olhar da agência está muito voltado para debates e discussões".

Em seguida, os participantes da mesa - Lucas Navarro Prado, sócio da Navarro Prado Advogados; Marcelo Nevi, presidente da Federação Nacional das Agências de Navegação Marítima; Cassio Lourenço, que é advogado; e Maxwell Rodrigues, empresário e apresentador do Grupo Tribuna - questionaram se o contrato da futura concessionária não daria liberdade demais para a definição de tarifas e preços.

Em resposta, Flávia esclareceu que, neste modelo de concessão, os investimentos vão estar atrelados a aumentos de performance e de movimentação. "Não necessariamente gerará aumento tarifário ou aumento de preço. Mas, se houver, nenhuma conduta vai ser feita sem o olhar da agência para mitigar conflitos".

Fonte: A Tribuna Digital - SP

Data: 22/09/2021



Agência Nacional de Transportes Aquaviários

ANTAQ – AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIARIOS

ANTAQ ABRE CONSULTA PÚBLICA PARA REGULAMENTAR CONTRATOS DE USO TEMPORÁRIO



A consulta/audiência pública visa à regulamentação do instituto do contrato de uso temporário nos portos organizados para movimentação de cargas com mercado não consolidado

A Agência Nacional de Transportes Aquaviários - ANTAQ abriu hoje (22) a consulta/audiência pública nº 19/2021 visando a obtenção de subsídios para

o aprimoramento da proposta normativa voltada para regular a contratação de uso temporário de áreas e instalações portuárias localizadas na poligonal de porto organizado, para movimentação de cargas com mercado não consolidado. Os interessados poderão enviar suas contribuições para a ANTAQ até às 23h59 de 06 de outubro próximo.

O projeto de norma da Agência altera a norma constante do Anexo da Resolução Normativa ANTAQ nº 7, de 31 de maio de 2016, e atende ao disposto no Decreto nº 10.672, de 12 de abril de 2021. Pelo regramento proposto, a administração do porto poderá pactuar com o interessado na movimentação e armazenagem de cargas com mercado não consolidado no porto o uso temporário de áreas e instalações portuárias localizadas na poligonal do porto organizado, dispensando a realização de licitação.

As minutas jurídicas e os documentos técnicos da consulta/audiência pública nº 19/2021 estão disponíveis no endereço eletrônico: <https://www.gov.br/antaaq/pt-br/aceso-a-informacao/participacao-social/participacao-social/>.

As contribuições poderão ser dirigidas à ANTAQ até às 23h59 do dia 06/10/2021, exclusivamente por meio e na forma do formulário eletrônico disponível no portal <https://www.gov.br/antaaq/pt-br>

Será permitido, exclusivamente pelo e-mail anexo_audiencia192021@antaaq.gov.br, anexar imagens digitais, tais como mapas, plantas e fotos, sendo que as contribuições em texto deverão ser preenchidas nos campos apropriados do formulário eletrônico.

Caso o interessado não disponha dos recursos necessários para o envio da contribuição por meio do formulário eletrônico, poderá fazê-lo utilizando o computador da Secretaria-Geral (SGE) desta Agência, em Brasília/DF, ou nas suas Unidades Regionais, cujos endereços se encontram disponíveis no portal da ANTAQ.

Audiência Pública

Com o objetivo de fomentar a discussão e esclarecer eventuais dúvidas sobre o projeto normativo da Agência, será realizada audiência pública, na forma presencial ou telepresencial, a depender das condições de saúde pública vigentes, em data, horário e local a serem definidos e comunicados oportunamente.

Fonte: ANTAQ – Agência Nacional de Transportes Aquaviários
Assessoria de Comunicação Social/ANTAQ

Fone: (61) 2029-6520

FAX: (61) 2029-6517

E-mail: asc@antaaq.gov.br

Data: 22/09/2021



O SOPESP – SIND DOS OPERADORES PORTUÁRIOS DO EST. SP

SOPESP PARTICIPA DO 2º ENCONTRO PORTO & MAR

Informação: SOPESP (22 de setembro de 2021)



Nesta terça-feira (21), participamos do 2º Encontro Porto & Mar, promovido pelo Grupo Tribuna.

O evento contou com a participação de diversas autoridades, entre elas o Ministro da Infraestrutura, Tarcísio Gomes de Freitas, o Secretário Nacional de Portos e Transportes Aquaviários, Diogo Piloni, o Prefeito de Santos, Rogério Santos, e o Presidente da Santos Port Authority, Fernando Biral.

Representando o SOPESP, nosso Presidente, Régis Prunzel foi um dos debatedores do tema “Desestatização e a segurança jurídica necessária”, apresentado pelo Secretário Nacional de Portos e Transportes Aquaviários, Diogo Piloni. Entre os debatedores participaram também o diretor-presidente da Associação de Terminais Portuários

Privados (ATP), Murilo Barbosa, o presidente da Associação Brasileira de Terminais Portuários (ABTP), Clythio Buggenhout, e o advogado Marcelo Sammarco.

O Diretor-Executivo, Ricardo Molitzas; o Vice-Presidente, Leonardo Ribeiro e a Assessora Jurídica, Dra. Gislaíne Heredia também prestigiaram o evento representando a entidade.

Fonte: O SOPESP - Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo

Data: 22/09/2021

PORTO DO ITAQUI RECEBE EMBAIXADORES ASIÁTICOS

Informação: Governo do Estado do Maranhão (22 de setembro de 2021)



Vice-governador Carlos Brandão e o presidente da EMAP, Ted Lago, com o grupo de embaixadores no Porto do Itaqui (Foto: Divulgação)

Na manhã desta terça-feira (21), o Porto do Itaqui recebeu a visita de uma comitiva de embaixadores que integram a Associação das Nações do Sudeste Asiático (ASEAN), bloco econômico regional formado por Brunei, Camboja, Singapura, Filipinas, Indonésia, Laos, Malásia, Mianmar, Tailândia e Vietnã. O vice-governador do Maranhão, Carlos Brandão, e o

presidente da Empresa Maranhense de Administração Portuária (EMAP), Ted Lago, receberam os visitantes. A programação oficial do encontro coincidiu com o Dia da Árvore no Brasil, data que foi celebrada com o plantio de duas mudas de ipê amarelo, árvore símbolo do país, no Largo do Visitante, sede da EMAP.

A primeira parte da visita foi realizada no auditório, com as boas-vindas do presidente da EMAP e apresentações dos portos que formam o Complexo Portuário do Maranhão, Itaqui, Vale e Alumar.

Participaram do encontro os embaixadores Edi Yusup, da Indonésia (presidente da ASEAN); Pham Thi Kim Hoa, do Vietnã; e Myo Tint, de Mianmar; a embaixadora Nitivadee Manitkul, da Tailândia; a encarregada de Negócios das Filipinas, Leilani S. Feliciano; e o chefe da Missão de Singapura, Desmond Ng; e os representantes dos portos da Vale, José Valentim, e da Alumar, Luana Fortunato.

Em sua fala, Carlos Brandão relembrou a série de visitas oficiais do Governo do Maranhão a países asiáticos como Singapura, China e Vietnã, desde 2015, estreitando laços comerciais e apresentando as potencialidades do Maranhão. “O caminho de exportações de grãos pelo Itaqui tem sido muito promissor e seguimos fomentando novos negócios. Oferecemos segurança jurídica e estamos formando nossos jovens para apoiarem o desenvolvimento, o que passa por investimentos na área portuária”, disse.

Durante a apresentação do Porto do Itaqui, Ted Lago destacou os investimentos em infraestrutura, inovação e na relação porto-cidade, bem como os volumes de grãos exportados para a Ásia. “Para nós é uma honra receber o grupo de embaixadores da ASEAN, nesta que é mais uma oportunidade de apresentar os diferenciais estratégicos e a infraestrutura do Itaqui, reforçando as tratativas que já vêm sendo feitas com o mercado asiático”, afirmou.

“Aprendemos muito nessa visita e esperamos que este seja apenas o início das nossas relações entre os portos do Maranhão e da Ásia e que possamos trabalhar juntos e desenvolver novos negócios”, disse o embaixador da Indonésia, Edi Yusup.

Saiba mais sobre a ASEAN

A Associação das Nações do Sudeste Asiático foi criada com o objetivo de promover o estreitamento dos laços entre os países membros visando, sobretudo, o desenvolvimento econômico, social, cultural da região.

O bloco promove a união entre os países, estabilizando o campo político e econômico dos envolvidos, a partir do fomento da competitividade e produção de produtos dos países membros.

A sede da ASEAN fica na capital da Indonésia, Jacarta, um dos primeiros países a aderir ao bloco. O conjunto de países que formam o bloco contam com aproximadamente 530 milhões de pessoas e um PIB de 725,3 bilhões de dólares, o que o torna um dos blocos econômicos mais ricos do mundo.

Fonte: O SOPESP - Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo

Data: 22/09/2021

CISMAR RECEBE GERENTE DE OPERAÇÕES DO PORTO DE AÇU

Informação: Marinha do Brasil (22 de setembro de 2021)



Comandante do CISMAR apresentou os sistemas de monitoramento para o Gerente de Operações do Porto de Açú

O Centro Integrado de Segurança Marítima (CISMAR) recebeu, no dia 14 de setembro, a visita do Gerente de Navegação do Porto de Açú, Capitão de Longo Curso Mário Rodrigues, que participou de uma apresentação sobre os diversos sistemas de informações utilizados pelo Centro.

Durante o encontro, o Comandante do CISMAR, Capitão de Mar e Guerra João Batista Barbosa, apresentou as atividades desenvolvidas pelo Centro, o histórico evolutivo de desenvolvimento dos diversos bancos e fontes de dados e, as soluções sistêmicas de monitoramento nacionais da

Marinha, principalmente, do Sistema de Informações Sobre o Tráfego Marítimo (SISTRAM) e o Console de Imagens Táticas de Realidade Aumentada (CITRA).

A visita teve como objetivo incrementar o compartilhamento de informações, demonstrando as ferramentas tecnológicas de domínio nacional que podem contribuir com a Autoridade Portuária no incremento da segurança da navegação, promovendo ao mesmo tempo, a atividade marítima e permitindo novas perspectivas de investimento e otimização de recursos.

Para o Gerente de Navegação, a visita revelou a possibilidade de empregar um sistema nacional, customizável e que pode integrar sensores já existentes no Porto, como por exemplo, o Vessel Traffic System (VTS), em operação no Porto de Açu.

Fonte: O SOPESP - Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo

Data: 22/09/2021

EM AUDIÊNCIA PÚBLICA, PORTO APRESENTA FUTURO “MOEGÃO” NO DIA 20/10

Informação: Portos do Paraná (22 de setembro de 2021)



Audiência pública para apresentar futuro “Moegão” do Porto de Paranaguá será realizada no dia 20 de outubro -Foto/Arte: Andre Cassanti Neto

A Portos do Paraná agendou para o dia 20 de outubro a apresentação à comunidade do projeto de centralização da descarga ferroviária em uma moega exclusiva para trens no Corredor de Exportação da região Leste do Porto de Paranaguá. A audiência pública do plano, conhecido como “Moegão”, será online e aberta à participação da população.

A audiência pública foi amplamente divulgada com a instalação de faixas informativas na região portuária, publicação de aviso em Diário Oficial do Estado, no último dia 17, e a criação de uma página específica no site oficial da empresa pública para que todos possam contribuir.

Como exige a legislação, os interessados têm 30 dias para enviar dúvidas e sugestões. O canal é o e-mail: audiencia.moegao@appa.pr.gov.br

A audiência foi marcada para as 14h e pode ser acompanhada neste [LINK](#). Na página da Portos do Paraná foram disponibilizados vídeos e outros documentos que detalham o projeto.

PROJETO – Além do Moegão, o projeto prevê a reestruturação rodoferroviária dos acessos aos Terminais do Corredor Leste do Porto de Paranaguá, com o objetivo de otimizar a capacidade de recepção de cargas em ambos os modais.

“O projeto do Moegão terá capacidade para descarregar, de maneira simultânea, 180 vagões, em três linhas independentes que vão interligar os onze terminais”, diz o diretor de engenharia e manutenção, André Cassanti.

Entre os benefícios do projeto, além de aumentar a participação e dar mais agilidade à descarga pelo modal, estão a redução das interferências e cruzamentos rodoferroviários (de 16 para cinco pontos); e a redução dos custos para a cadeia logística.

Fonte: O SOPESP - Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo

Data: 22/09/2021

DOCAS DO RIO BATE RECORDE DE FATURAMENTO NOS PORTOS EM AGOSTO

Informação: CDRJ (22 de setembro de 2021)



Porto de Itaguaí do Rio de Janeiro (CDRJ/Divulgação)

O relatório de faturamento e movimentação de cargas da Companhia Docas do Rio de Janeiro (CDRJ), referente ao mês de agosto, registrou o maior faturamento mensal no ano, em termos nominais, até o momento. A marca de R\$ 116,1 milhões, considerando os quatro portos administrados pela Autoridade

Portuária – Rio de Janeiro, Itaguaí, Niterói e Angra dos Reis – foi 185,7% superior ao faturamento de agosto de 2020. A movimentação total do mês, consolidada pela empresa, atingiu 5,7 milhões de toneladas, uma alta de 9,6% na média anual até julho e de 11,3% se comparado com agosto do ano passado.

A análise destaca que o Porto do Rio de Janeiro registrou, em agosto, um recorde mensal de movimentação de cargas, com 885 mil toneladas, considerando a série histórica iniciada em janeiro de 2015. Esse volume aumentou 21,3% em relação à movimentação de julho de 2021 e 24,5% sobre a movimentação de agosto do ano passado. O faturamento do porto foi de R\$ 16,2 milhões em agosto, mantendo a média observada no primeiro semestre deste ano e superando, em 28,1%, o resultado obtido em agosto de 2020.

Já no Porto de Itaguaí, a movimentação de cargas teve um aumento de 9,1% em relação a agosto de 2020. Os dados estatísticos apontam também que, no mês de agosto, o Porto de Itaguaí atingiu o maior faturamento mensal de 2021, em termos nominais, com R\$98,7 milhões.

Segundo o diretor-presidente da Docas do Rio, Francisco Antonio de Magalhães Laranjeira, o excelente desempenho da movimentação de cargas no início do segundo semestre contribuiu para o maior faturamento registrado no ano: “O faturamento total dos quatro portos, em agosto, superou o faturamento de julho em 5,3% e, no acumulado do ano, já apresenta um incremento de 78,8% em relação ao mesmo período do ano passado, o que indica uma grande possibilidade de manutenção do crescimento para o último quadrimestre do ano”.

De acordo com o diretor de Negócios e Sustentabilidade, Jean Paulo Castro e Silva, “as principais cargas movimentadas, minério de ferro e carga containerizada, apresentaram crescimento em todos os meses de 2021 na comparação com 2020 e o faturamento do Porto de Itaguaí foi sustentado pela forte participação dos terminais exportadores de minério de ferro”.

Fonte: O SOPESP - Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo
Data: 22/09/2021

ISTOÉ Dinheiro

ISTOÉ - DINHEIRO

GM VAI RETOMAR PRODUÇÃO EM DOIS TURNOS EM SUAS FÁBRICAS NO BRASIL

A General Motors vai retomar a produção normal de veículos na fábrica de São Caetano do Sul (SP) na segunda-feira, 27 de setembro, e em Gravataí (RS) no dia 4 de outubro, com o retorno do segundo turno de trabalho nas duas unidades. Com isso, a empresa espera recuperar ao menos parte dos cerca de 200 mil veículos que deixou de produzir no período em que as unidades ficaram fechadas por falta de semicondutores.



A empresa espera recuperar ao menos parte dos cerca de 200 mil veículos que deixou de produzir (Crédito: Arquivo / Agência Brasil)

“O campeão voltou”, disse o novo presidente da GM na América do Sul e Brasil, Santiago Chamorro, na manhã desta quarta-feira, 22, em sua primeira conversa com um grupo de jornalistas brasileiros após assumir o cargo, em 31 de agosto.

Ele ainda está nos Estados Unidos, preparando a volta ao País, e fez o anúncio online.

O executivo presidiu a filial brasileira entre 2013 e 2016, e ocupava, na sede da matriz em Detroit, o posto de vice-presidente da divisão global de serviços conectados antes de ser escolhido para suceder Carlos Zarlenga, que deixou a companhia.

A fábrica de Gravataí, onde é produzido o Onix, ficou quase dois meses paralisada em razão da falta de chips, problema que atinge montadoras de todo o mundo. A de São Caetano, que produz Tracker, Spin e Onix Joy, suspendeu a produção por mais de dois meses, período em que também realizou obras para o início da produção da nova Montana, em 2022.

Volatilidade de abastecimento prossegue

Chamorro disse que os problemas de suprimento de semicondutores e outros componentes prosseguem, mas o grupo trabalha para administrar a volatilidade de abastecimento da melhor forma possível.

“Há um trabalho gigantesco, de forma global, para redesenhar nossa manufatura de produtos e a cadeia de logística de suprimentos”, afirmou o executivo.

O objetivo é tentar depender menos de poucos fornecedores concentrados na Ásia.

A partir das próximas duas semanas, as três fábricas de automóveis da marca no País estarão trabalhando em dois turnos – a de São José dos Campos (SP), onde são feitos a picape S10 e o SUV Trailblazer já operava nessas condições.

Só com a operação em um turno nas unidades do Rio grande do Sul e do interior paulista, a partir de meados de agosto, a marca já conseguiu alcançar 12% de participação nas vendas de automóveis e comerciais leves neste mês (até terça-feira, 21), informa Chamorro.

Nos últimos meses a fatia estava na casa do 7%, já que o Onix era o carro mais vendido da marca e campeão de vendas no País por vários anos.

“A retomada da produção mais acelerada a partir de agora é um bom momento para ampliar nossos esforços para criar na região um negócio auto sustentável”, afirmou o executivo colombiano.

A GM registra prejuízos na América Latina há vários anos seguidos.

Fonte: IstoÉ - Dinheiro

Data: 22/09/2021

LEILÃO DOS CORREIOS TERÁ MAIS DE 60 MIL ITENS DE JOIAS A ROUPAS; VEJA COMO PARTICIPAR

Da redação



Crédito: Elza Fiúza / Agência Brasil
Os valores iniciais dos lotes variam entre R\$ 1.303 e R\$ 85.050 (Crédito: Elza Fiúza / Agência Brasil)

Os Correios vão leiloar cerca de 61 mil itens que não foram entregues aos destinatários ou foram devolvidos ao serviço de transporte, na próxima segunda-feira (27).

O leilão ocorrerá em 10 lotes. Os objetos incluem peças de vestuário, informática, equipamentos eletrônicos, acessórios para veículos, bijuterias e livros.

Os valores iniciais dos lotes variam entre R\$ 1.303 e R\$ 85.050. Para participar, os interessados devem se cadastrar na página Licitações-e, do Banco do Brasil.

Depois do cadastro, as pessoas física e jurídica podem enviar a propostas de forma eletrônica para participar da disputa online.

O edital nº 893602 com todas as informações está disponível no site do Banco do Brasil e também na página de licitações dos Correios. Basta fazer a busca por modalidade 'Licitações Correios – Aberta' e escolher "São Paulo Metropolitana" na coluna dependência.

Os objetos estão armazenados no bloco 1 do edifício dos Correios em São Paulo, localizado na Rua Mergenthaler, 592.

Visitas aos bens devem ser agendadas pelo telefone (11) 4313-8150.

Fonte: IstoÉ - Dinheiro

Data: 22/09/2021



AGENCIA EPBR DE NOTÍCIAS

PARLAMENTARES DEFENDEM VENDA DIRETA DE ETANOL PARA OS POSTOS

Por epbr - 22 de setembro de 2021 - Em Biocombustíveis, Comece seu Dia, Newsletter, Política energética

Contato da redação

epbr@epbr.com.br

em jogo

Em audiência pública da Comissão de Minas e Energia nessa terça (21/9) com agentes do setor de combustíveis, deputados defenderam a aprovação da Medida Provisória 1063/21, editada em agosto, que autoriza produtores e importadores de etanol a venderem o combustível diretamente para os postos e recebeu 73 emendas.

— A MP também permite que os postos bandeirados possam vender produtos de outros fornecedores, desde que informado ao consumidor – a chamada “bomba branca”. E foi modificada pela MP 1069/21, editada em 13 de setembro, que permitiu a regulamentação da bomba branca por decreto.

— O debate ocorreu a pedido do deputado Elias Vaz (PSB-GO), que criticou o fato de que as distribuidoras vendem mais caro à sua rede do que aos postos bandeira branca. Para ele, isso evidencia um monopólio que deve ser quebrado.

— O deputado Altineu Côrtes (PL-RJ) fez crítica semelhante às distribuidoras. “Os postos que deveriam vender mais barato são os bandeirados, pelo volume que essas empresas movimentam”, disse.

— Já o deputado Domingos Sávio (PSDB-MG) rebateu a afirmação de que a MP pode estimular um mercado clandestino, que substituiria as distribuidoras. “Quem fiscaliza a qualidade dos combustíveis não é a bandeira, são os órgãos de controle, é a ANP.”

— A principal crítica à MP foi feita pelo deputado Carlos Zarattini (PT-SP). Para ele, o fim da exclusividade das distribuidoras é prejudicial aos consumidores. “Ele não vai saber mais o que está comprando. É uma política contra o consumidor”, disse.

— O deputado Danilo Forte (PSDB-CE) manifestou preocupação com o efeito da MP sobre a qualidade do combustível vendido no país e defendeu mais debate sobre o assunto.

— Para o diretor executivo da Associação Brasileira de Revendedores de Combustíveis Independentes e Livres (Abrilivre), Rodrigo Zingales, a medida provisória vai contribuir para a redução do preço dos combustíveis no Brasil.

— Já para a diretora executiva do Instituto Brasileiro de Petróleo e Gás (IBP), Valéria Lima, as novas regras desorganizam o mercado e terão impacto restrito aos postos próximos aos locais de produção de etanol, como regiões de São Paulo e Minas Gerais.

— O vice-presidente da Federação Nacional das Distribuidoras de Combustíveis, Gás Natural e Bicompostíveis (Brasilcom), Abel Leitão, também falou em “efeito localizado” das medidas. Agência Câmara

Abicom: defasagem da gasolina diminui Os preços da gasolina praticados pela Petrobras hoje têm defasagem média de 6% em relação aos preços internacionais, apontou a Associação Brasileira de Importadores de Combustíveis (Abicom).

— A defasagem caiu em relação à sexta (17/9), quando estava estimada em 9%, devido à redução da gasolina no mercado internacional nos últimos dias. Assim, atualmente os preços nacionais estão abaixo da paridade em R\$ 0,18 por litro, em média.

— Para o diesel, a Abicom calcula uma defasagem de 9% em relação ao mercado externo, mesmo percentual da semana passada. A estimativa é de que o diesel está abaixo dos mercados internacionais em R\$ 0,27 por litro, em média. Valor

Renúncia na presidência da Transpetro O Conselho de Administração da Transpetro recebeu carta de renúncia de Gustavo Santos Raposo ao cargo de presidente da companhia, com efeitos a partir do dia 24 de setembro de 2021.

— O CA irá deliberar sobre a nomeação do diretor de Serviços da Transpetro, Luiz Eduardo Valente, para assumir a presidência da companhia.

— Valente é graduado em Engenharia Química e pós-graduado em Engenharia de Processamento de Petróleo pela UFRJ. Possui MBA Executivo pela Coppead (UFRJ). Iniciou sua carreira na Petrobras em 1980, onde atuou como gerente geral da Repar (PR), de Tecnologia de Refino no Abastecimento, da Revap (SP) e da Fafen-BA, entre outros cargos.

Tensão entre oferta e demanda eleva preços do petróleo Os preços do petróleo fecharam em leve alta nessa terça (21/9), em meio a tensões entre uma oferta insuficiente e preocupações sobre a recuperação da demanda.

— O Brent para entrega em novembro fechou a 74,36 dólares, alta de 0,59%, enquanto o WTI para entrega em outubro fechou a 70,56 dólares, alta de 0,38%. AFP

BR do Mar A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado aprovou, nessa terça (21/9), projeto de lei que trata do Programa de Estímulo ao Transporte por Cabotagem, o BR do Mar.

— O relator do PL 4.199/2020, senador Nelsinho Trad (PSD-MS), recomendou a aprovação do texto original com 13 emendas por ele apresentadas, além de 24 das 44 emendas oferecidas por outros senadores, acolhidas total ou parcialmente.

— O PL 4.199/2020 agora será examinado pelas comissões de Agricultura e Reforma Agrária (CRA); de Constituição e Justiça (CCJ) e de Serviços de Infraestrutura (CI).

— O projeto deverá facilitar a expansão das operações de cabotagem e a entrada de novos interessados nesse mercado, segundo o relator. A ideia é oferecer diretrizes quanto à segurança nacional; estabilidade regulatória; incentivo ao investimento privado; otimização no uso de recursos públicos; equilíbrio da matriz logística nacional; transparência e integridade. Agência Senado

BNDES financia Grupo Energisa O BNDES aprovou financiamento de R\$ 166 milhões para a Energisa Tocantins Transmissora de Energia, do Grupo Energisa. Os recursos se destinam à implantação de três linhas de transmissão, à construção de uma subestação no Tocantins, além da ampliação de outras duas já existentes, no Tocantins e na Bahia, permitindo o escoamento de cerca de 390 MW.

— Os recursos do BNDES correspondem a 25% do investimento total alocado no projeto, de R\$ 660 milhões. A iniciativa vai beneficiar cerca de 500 mil consumidores de Palmas, capital de Tocantins, gerar 1.400 empregos diretos e 4.000 indiretos durante as obras, além de outros 45 postos diretos e 150 indiretos permanentes na fase de operação.

— O BNDES também investiu na distribuição de energia elétrica do Grupo Energisa. Em fevereiro, o banco apoiou com R\$ 1,49 bilhão o plano de investimentos de nove distribuidoras do grupo. Ao todo, o investimento beneficiou dez estados.

Senado ratifica criação da Autoridade Nacional de Segurança Nuclear O plenário do Senado ratificou, em votação simbólica, a criação da Autoridade Nacional de Segurança Nuclear (ANSN), determinada pela Medida Provisória (MP) 1.049/2021. Como não houve alterações de mérito no texto aprovado pela Câmara dos Deputados, o Projeto de Lei de Conversão (PLV) 21/2021 oriundo da MP segue para promulgação.

— A ANSN será uma autarquia federal com a função de monitorar, regular e fiscalizar as atividades e instalações nucleares no Brasil, a partir do desmembramento da Comissão Nacional de Energia Nuclear (Cnen).

— Segundo o governo, a divisão visa dar maior celeridade nos processos de licenciamento do setor e mais rigor na fiscalização, deixando a Cnen com mais foco na gestão de pesquisa e desenvolvimento nuclear.

— Entre as atribuições da ANSN, estão estabelecer normas sobre segurança nuclear e proteção radiológica; controlar os estoques e as reservas de minérios nucleares; conceder autorizações para a transferência e o comércio de minerais radiativos; e licenças para usinas nucleares e reatores de pesquisa.

— O diretor-presidente e dois integrantes da diretoria da autarquia deverão ser submetidos a sabatina do Senado.

— A MP também reajustou em até 381% os valores da Taxa de Licenciamento, Controle e Fiscalização (TLC) cobrada pela Cnen, que estavam congelados desde 1999. Agência Senado

“Estocagem” de energia eólica O governo do Rio Grande do Norte assinou protocolo com a empresa EV Brasil Consultoria para a instalação de um projeto-piloto de estocagem da energia produzida por parques eólicos instalados em território potiguar. O investimento no projeto será de cerca de R\$ 12,5 milhões.

— A estrutura deverá ter 120 metros de altura e, quando concluída, terá capacidade de armazenar aproximadamente 400 MW de energia – quase 10% da atual capacidade de produção de energia eólica do estado. A estrutura deverá operar por 35 anos.

— “A previsão para construirmos a torre é de oito a dez meses, e a nossa ideia é começar já no início do próximo ano”, explicou João de Deus Fernandes, diretor executivo da EV Brasil

— O acordo prevê a instalação de um projeto de armazenamento de energia verde em larga escala – o primeiro do tipo no país e na América Latina. Ainda prevê o suporte do estado na interlocução com fornecedores e compradores de energia, além dos órgãos responsáveis pelo sistema nacional de energia. G1

Furnas alerta sobre impacto das queimadas na transmissão Com 408 focos de incêndio registrados pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE) no estado do Rio de Janeiro neste ano, Furnas fez um alerta sobre o impacto das queimadas nas linhas de transmissão, que podem provocar desligamentos.

— A subsidiária da Eletrobras lançou uma campanha contra as queimadas que está sendo divulgada na cidade do Rio e municípios da Baixada Fluminense, além de Campos dos Goytacazes. Furnas detém 3.188 quilômetros de LTs em todo o estado.

— Em 2020, a empresa registrou 124 desligamentos provocados por queimadas em seu sistema de transmissão, sendo dez deles no Rio. Neste ano, de janeiro até agosto, a companhia contabilizou 21 desligamentos, mas nenhum deles em território fluminense.

— No último sábado (18/9), um desligamento total da SE Rocha Leão, de propriedade de Furnas, na Região dos Lagos, afetou cidades do Rio e de Minas Gerais. Houve interrupção de 696 MW na carga, por cerca de uma hora.

Concessões florestais no Sul terão investimentos de R\$ 285 milhões Estudos preliminares para a concessão de manejo sustentável das primeiras Florestas Nacionais no Sul do Brasil apontam para um montante de R\$ 285 milhões a serem aplicados na operação florestal e realização de investimentos na cadeia da restauração.

— O projeto de Concessão Florestal Sul integra uma parceria entre o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), por meio do Serviço Florestal Brasileiro (SFB), com o BNDES para a prática do manejo florestal e silvicultura de espécies nativas para exploração de produtos madeireiros, não madeireiros e serviços nas Florestas Nacionais (Flonas) de Três Barras (PR), Irati (SC) e Chapecó (SC).

— As três Flonas foram incluídas no Programa de Parcerias de Investimentos (PPI) do governo federal, que visa ampliar e fortalecer a interação com a iniciativa privada por meio de contratos de parceria e de outras medidas de desestatização, ampliando as oportunidades de investimento em diferentes setores.

— Com 3,8 mil hectares (Irati), 1,6 mil hectares (Chapecó) e 4,3 mil hectares (Três Barras), serão as primeiras concessões florestais da Região Sul. O modelo será de manejo florestal sustentável e de silvicultura de espécies nativas, com técnicas que possibilitem a extração de produtos florestais madeireiros e não madeireiros com o menor impacto ambiental possível. Adicionalmente, haverá recomposição florestal de vegetação nativa.

Fonte: Agência EPBR de Notícias

Data: 22/09/2021

TRANSPORTE, COMERCIALIZAÇÃO E MONETIZAÇÃO DO GÁS DO PRÉ-SAL: PERSPECTIVAS PARA CONSTITUIÇÃO DE UM HUB DE GÁS NA COSTA FLUMINENSE

Por epbr - 21 de setembro de 2021 - Em Mercado de gás, Opinião - Artigo por Aurélio Amaral e Erick Diniz

Diante de uma série de incentivos para a implementação de um mercado de gás dinâmico, aberto e competitivo, alterações regulatórias e competitivas foram colocadas em prática.

De um lado, o novo marco regulatório e seu decreto regulamentador pretenderam trazer maior segurança jurídica, transparência, menores custos de transação e mitigar as falhas de mercado dessa indústria.

De outro, o plano de desinvestimentos da Petrobras, ao seguir as recomendações propostas no TCC assinado com o CADE, mitigou a posição dominante da referida empresa, permitindo a entrada e expansão de outros atores.

Ainda assim, por mais que tanto a regulação como a concorrência tenham especial importância para a concretização de todo esse processo de abertura competitiva, há imprescindibilidade de se endereçar, também, a monetização do gás do pré-sal.

Em termos de reservas, grande parte do gás encontrado em águas ultra profundas é associado ao petróleo e apresenta significantes volumes produtivos.

Ainda assim, um percentual significativo desses recursos não chega nem mesmo a ser comercializado.

Na prática, a reinjeção tem sido recorrente, a exemplo do Rio de Janeiro, onde cerca de 28 milhões m³ por dia de gás foram reinjetados em 2019, volume que ultrapassa o total de gás importado pelo Brasil em 2019, conforme dados da ANP.

Nesse cenário, indaga-se como garantir a monetização desse gás em detrimento de sua reinjeção?

Em um primeiro momento, deve-se salientar que a opção dos operadores pela reinjeção decorre não só de motivos econômicos, como também operacionais e ambientais.

O teor de CO₂ em reservatórios do pré-sal e a manutenção de pressão nas formações são alguns fatores que justificam tal prática, de modo a evitar a emissão de gases poluentes e garantir uma melhor recuperação final do óleo.

Desse modo, se evidencia o contraste entre a produção bruta e produção líquida de gás, sendo apenas a última correspondente ao volume disponível ao mercado.

Com o intuito de alcançar respostas para a pergunta evidenciada no presente ensaio, o BNDES realizou um estudo em conjunto com os produtores e chegou a conclusão de que, superadas as questões de viabilidade técnica dos campos produtores, a monetização do gás do pré-sal dependeria:

(a) da criação de demandas âncoras e da diversificação do mercado consumidor;

(b) de instrumentos de proteção adicional para manutenção do fluxo regular de gás e do balanceamento das infraestruturas de escoamento.

Desse modo, a referida instituição coloca que o aproveitamento do volume excedente de gás natural no pré-sal requererá investimentos em infraestrutura de escoamento, processamento, transporte e distribuição, na ordem de R\$10 a 12 bilhões em cinco anos e, dentre esse e outros motivos, ela estabeleceu o programa gás para o desenvolvimento, com o intuito de possibilitar linhas de crédito para os diferentes elos dessa indústria, seja na demanda como na oferta.

Nesse contexto, qual a contribuição trazida pela Nova Lei do Gás para implementação desse cenário de monetização?

Para fins metodológicos, escolhemos apenas abordar três pontos regulatórios implementados pela nova lei do gás, pelo fato de os julgarmos mais relevantes para a monetização do gás do pré-sal, quais sejam:

- (a) o acesso não discriminatório a infraestruturas essenciais;
- (b) o transporte no modelo de entrada e saída e;
- (c) a comercialização em mercados organizados.

De todo modo, outros pontos como: a volta do regime autorizativo para a outorga de gasodutos, a desverticalização da cadeia de gás natural e a harmonização das regulações federais e estaduais são fundamentais para o alcance da maturidade de mercado e, portanto, contribuem para esse cenário.

Quanto ao primeiro, o acesso negociado tanto às infraestruturas de escoamento como as UPGNs, e aos terminais de GNL permite a criação de novas oportunidades de negócios para produtores, o que potencializa a oferta do gás ao mercado.

Ciente desse potencial maior escoamento da produção líquida de gás, a constituição do mercado de capacidade no modelo de entrada e saída pretende garantir maior liquidez e fungibilidade a esses recursos.

Tal modelo visa permitir que o gás injetado possa sair em qualquer ponto de sistema, garantindo maior flexibilidade para os carregadores, cujo ápice seria exemplificado pela constituição de um ponto virtual de negociação, local de referência para a troca de titularidade desse ativo.

Saliente-se, de todo modo, que as transações de entrada e saída podem ser efetuadas independentemente e a gestão do transporte exige ações de planejamento e balanceamento, de modo a garantir sua execução segura e eficiente e, por isso, o novo marco regulatório cria a figura do gestor do mercado de capacidade.

Implementado tal modelo de transporte, a expectativa é de que contratos de curto prazo comecem a ser implementados, fomentando o desenvolvimento de mercados secundários de molécula e transporte, de modo a evitar a ociosidade dos recursos e a perda de oportunidades comerciais.

Para tanto, Amanda Tavares coloca a necessidade de superar alguns desafios, quais sejam: a definição de códigos comuns de rede entre as transportadoras e o desenvolvimento de sistemas, os quais podem ser potencializados pela existência de gargalos físicos e contratuais da rede de transporte.

Superados tais desafios e sedimentado o mercado de capacidade, a expectativa é de que as transações comecem a apresentar maior liquidez e competitividade, ensejando a implementação de modelos organizados de comercialização, na forma de hubs, locais onde há grande

concentração de negociações e tanto o gás como outros serviços são oferecidos de forma padronizada.

Agora, por mais que a o novo marco legal tenha trazido expectativas positivas para a oferta, transporte e comercialização de gás, como endereçar a expansão da demanda e dos investimentos em infraestrutura, ações necessárias para monetização do gás do pré-sal, na visão do BNDES?

Nesse ponto, releva-se o papel do Novo Mercado do Gás, ao promover estratégias negociais com os Estados.

Para tanto, defendemos uma postura de fomento ora pelos Estados ora pelos Municípios, seja por meio da constituição de incentivos fiscais como pelo estabelecimento de parcerias público privadas, para fins de construção e expansão das infraestruturas necessárias a essa indústria.

De um lado, tais incentivos tributários favoreciam a entrada de novos atores que consumiriam essa oferta de gás e expandir-se-iam as metodologias logísticas desse insumo como o GNC, GNL, GLP; o consumidor final seria livre para escolher a opção que melhor o favorecesse.

De outro, a utilização de recursos advindo de fundos soberanos decorrentes dos royalties ou do próprio orçamento público podem ser opções viáveis para realizar investimento em infraestruturas, principalmente aquelas com altos prazos de maturação.

Na prática, novos investimentos já começam a ser implementados e outros estudados na região fluminense, a exemplo da expansão do polo GASLUB em Itaboraí com a potencial construção de uma planta de processamento de lubrificantes em sintonia com a REDUC em Duque de Caixas, a finalização em 2022 do Projeto Integrado Rota 3 – que inclui uma UPGN e um gasoduto – e a avaliação da construção de uma térmica da Petrobras em parceria de outros investidores para geração de energia a partir do gás processado na referida UPGN.

Por sua vez, em Macaé, a Marlim Azul pretende finalizar em 2023 a construção de uma térmica a gás.

Por fim, não há como negar o relativo sucesso do Novo mercado de Gás e dos incentivos postos pelo novo regulatório na região fluminense.

Por mais que o alcance da maturidade de mercado seja um processo, o diagnóstico tem demonstrado resultados concretos e positivos.

Desse modo, o prognóstico que se coloca é a potencial concretização de um Hub de gás na região, para tanto, a coordenação entre atores públicos e privados será fundamental.

Aurélio Amaral é ex-diretor da Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP)

Erick Diniz é mestre em Direito da Regulação pela FGV Direito Rio e advogado

Fonte: Agência EPBR de Notícias

Data: 22/09/2021



GOVERNO E CONGRESSO NEGOCIAM AMPLIAÇÃO DA DESONERAÇÃO DA FOLHA ENQUANTO TENTAM PRORROGAR MEDIDA PARA 17 SETORES

Deputado Jerônimo Goergen teve reunião com o ministro da Economia, Paulo Guedes, e disse que houve avanços na direção de uma “solução definitiva” para a questão

Por Fernanda Trisotto

BRASÍLIA – Enquanto a Câmara dos Deputados analisa uma proposta de prorrogação da desoneração da folha de pagamento para 17 setores da economia, o governo negocia com o Congresso uma “solução definitiva” para os tributos que incidem sobre os salários.

O deputado Jerônimo Goergen (PP-RS), que relatou a proposta de prorrogação da desoneração na Comissão de Finanças e Tributação, teve reunião com o ministro da Economia, Paulo Guedes, nesta quarta-feira para discutir alternativas.

— Foi muito boa a reunião, a gente deu um passo muito bom no sentido de uma solução definitiva. Eu cada vez mais tenho a convicção que é prioridade para o Ministério da Economia e para o governo encontrar uma saída definitiva. É claro que agora já há um pequeno desenho de uma proposta que possa ser construída, mas não é ainda uma conclusão – afirmou ao deixar o encontro.

De acordo com Goergen, o objetivo é encontrar uma solução que seja estrutural e permita a ampliação para outros setores. Desde 2011, uma lei permite que alguns setores façam a substituição da contribuição previdenciária sobre a folha de pagamentos por uma porcentagem da receita bruta das empresas.

Entre os beneficiários estão setores da indústria (como couro, calçados, confecções, têxtil, aves, suínos), serviços (como TI, call center, hotéis), transportes (rodoviário de carga, aéreo), construção e outros. A proposta que é discutida na Câmara prevê a prorrogação da desoneração para estes setores até 2026. O que está sendo analisado é uma solução que permita abarcar todos os setores e que seja um instrumento de geração de empregos.

O deputado explicou que a prioridade é manter a desoneração para esses 17 setores que já contam com a medida. Paralelamente, será discutida a ampliação do benefício.

Questionado se essa ampliação implicaria na criação de algum novo tipo de tributo, Goergen foi taxativo ao negar, mas concordou que deve haver algum tipo de compensação:

— Não há nenhuma discussão, em nenhum momento, sobre aumento de impostos e CPMF. – E acrescentou: — Nós queremos ter uma medida que resolva, que não sobrecarregue nenhum setor, e que possa ter a verdadeira geração de empregos. Não adianta ficarmos imaginando não resolver isso, porque o custo do Estado é muito caro na geração de empregos.

Proposta na Câmara

A Comissão de Finanças e Tributação da Câmara dos Deputados aprovou, na semana passada, o projeto de lei que prorroga até 2026 a política de desoneração da folha de pagamento para os 17 setores que mais empregam no país. Estima-se que cerca de seis milhões de trabalhadores trabalham nessas atividades.

O texto foi então encaminhado para a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), onde deve ser votado ainda em setembro. Paralelamente, o deputado Jerônimo Goergen reuniu assinaturas suficientes para que o texto possa ser analisado diretamente no plenário da Câmara dos Deputados.

A política de desoneração da folha está em vigor desde 2011 e vem sendo renovada anualmente. São beneficiados setores como o calçadista, hoteleiro, bens de capital e tecnologia da informação.

Em vez de recolherem a Contribuição Previdenciária Patronal na porcentagem de 20% sobre a folha de salários, as empresas podem optar por fazer o recolhimento em percentual sobre a receita bruta, que pode variar de 1% até 4,5% de acordo com o setor que se enquadra.

Fonte: O Globo - RJ

Data: 22/09/2021

NEGOCIAÇÃO DO CONGRESSO PREVÊ DESCONTOS DE ATÉ 40% PARA PRECATÓRIOS

Proposta será analisada por comissão especial da Câmara dos deputados criada para analisar PEC enviada pelo governo

Por Geralda Doca

BRASÍLIA – A solução que o Congresso Nacional está buscando para o pagamento dos precatórios — decisões judiciais contra a União sem possibilidade de recurso que somarão R\$ 89,1 bilhões em 2022 — prevê descontos aos credores. A proposta que está em negociação prevê o pagamento com deságio de 40% para os que quiserem receber o valor à vista e de 15%, dentro de 10 anos. Os detalhes ainda estão sendo discutidos.

A questão do desconto no valor do precatório, contudo, é polêmica. Caso a proposta avance, há grande risco de questionamento judicial, pois a redução do valor do precatório fere uma decisão judicial, que gerou este pagamento.

Além dessas alternativas, o acordo pode criar a possibilidade de um encontro de contas, como por exemplo, pagar imposto, comprar terreno e participar de leilões com os valores dos precatórios, disse uma fonte envolvida diretamente nas discussões.

Um princípio de acordo foi anunciado nessa terça-feira pelos presidentes do Senado, Rodrigo Pacheco (DEM-MG), da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), com a participação do ministro da Economia, Paulo Guedes, prevê o pagamento de R\$ 39,9 bilhões em precatórios em 2022, dentro do teto de gastos, que limita as despesas à inflação. O restante, R\$ 49,2 bilhões ficarão fora desse limite e poderão ser quitados dentro de várias alternativas de negociação.

As linhas gerais desse acordo serão incorporadas nas discussões pela comissão especial que analisa a Proposta de Emenda Constitucional (PEC), enviada pelo governo e que prevê o parcelamento dos precatórios acima de R\$ 66 milhões em até 10 anos. A comissão foi instalada nesta quarta-feira pela Câmara dos Deputados.

O deputado Hugo Motta (Republicanos-PB) será o relator da matéria. Para a presidência da comissão, foi eleito o deputado Diego Andrade (PSD-MG).

Na próxima terça-feira, a comissão vai se reunir para definir o cronograma de trabalho. O ministro Paulo Guedes, além de representantes dos estados e dos municípios devem ser convidados para participar das audiências públicas.

O relator da matéria na comissão disse que pretende ouvir também o Tribunal de Contas da União (TCU), que tem a prerrogativa de aprovar as contas do governo e o Judiciário, que administra o pagamento dos precatórios.

— Não queremos fazer nada de forma atropelada, não queremos fazer um relatório que venha trazer incertezas e inseguranças para o nosso país. Com isso, vamos precisar muito da ajuda dos parlamentares para que a gente possa construir aqui um consenso que traga o sentimento do Parlamento, de ambos os partidos que tem compromisso com o país — disse Motta.

Fonte: O Globo - RJ

Data: 22/09/2021

DIRETORIA DA REFER, FUNDO DE PENSÃO SOB INVESTIGAÇÃO DA PF, É AFASTADA POR CONSELHO DELIBERATIVO

Fundo de pensão de estatais rodoviárias vive disputa entre diretores e conselheiros

Por Maiá Menezes



RIO - O Conselho Deliberativo da Fundação Refer, fundo de previdência de estatais ferroviárias, decidiu exonerar toda a sua diretoria.

A decisão foi tomada uma semana depois de o colegiado ter afastado o presidente do fundo de pensão, Nilton Vassimon, por ações consideradas suspeitas nas áreas jurídica e patrimonial. Na sexta-feira, a Polícia Federal abriu uma investigação.

O diretor de Seguridade da fundação, Alcione Menezes Filho, foi exonerado em reunião extraordinária nesta quarta-feira. A fundação será comandada, sem prazo determinado, pelo conselho.

Vassimon, que nega ter cometido irregularidades, chegou a entrar com dois pedidos de liminar no Tribunal de Justiça do Rio para voltar ao cargo. Também apresentou agravo de instrumento contra o indeferimento das liminares. Os dois pedidos foram negados.

De acordo com o regimento da Refer, a decisão é terminativa — ou seja, não cabe recurso. A decisão indica que Alcione teria sido também exonerado por ter sido corresponsável por todos os problemas que levaram ao desligamento de Vassimon, que nega as acusações.

Alcione foi assessor da CBTU, hoje a principal estatal patrocinadora da Refer, que tem um patrimônio de R\$ 6,5 bilhões, um dos maiores do país.

Ligação com ex-governador do Rio

Além das supostas irregularidades apontadas como motivo principal da exoneração de Vassimon, o conselho vê relação entre a diretoria afastada e o ex-governador do Rio Wilson Witzel, afastado do cargo por impeachment, no dia 10 de junho do ano passado.

No dia 20 de maio deste ano, o ex-secretário de Transportes do governo Witzel Delmo Manoel Pinho foi nomeado assessor do gabinete de Vassimon.

O presidente exonerado, no entanto, nega ter sido indicado ao cargo por Witzel. Ele é egresso da Companhia Estadual de Engenharia de Transportes e Logística, vinculada à Secretaria Estadual de Transportes.

Menezes aponta represália

Na ata da reunião da semana passada que sustentou o afastamento de Vassimon, o Conselho Deliberativo pontou supostas irregularidades na contratação de um escritório de advocacia, além do aluguel de um espaço onde funcionaria a nova sede da Refer para embasar a decisão.

— Essa decisão foi tomada dias depois de a Polícia Federal a abrir a investigação. Esses mesmos conselheiros foram os que indicaram o diretor Carlos Alberto Almeida, em 2009. Ele integrou a gestão do fundo que fora condenada a pagar indenização de R\$ 142 milhões por prejuízos à entidade — diz o diretor afastado Alcione Menezes.

Ele continua:

— Esses conselheiros querem trazer Carlos Alberto de volta. Parece que foi uma represália. Parece-me que os conselheiros querem que todos esses contratos de prestadores de serviço sejam cancelados. A intenção parece ser pausar todas os procedimentos de investigação que abrimos contra a gestão anterior.

PF investiga o fundo de pensão

O delegado de Polícia Federal, Alexandre Lima Resende, titular da Delegacia de Repressão a Corrupção e Crimes Financeiros (Delecor), determinou na última sexta-feira, a distribuição de ofícios e intimações à Previc, TCU e Refer.

O objetivo da ação da PF é esclarecer os motivos da recente indicação de Carlos Alberto Pinto da Silva como diretor financeiro da Fundação Refer, fundo de pensão de funcionários de estatais ferroviárias.

Carlos Alberto já foi diretor da Refer entre 2018 e 2019 e foi exonerado pelo Conselho Deliberativo do fundo de pensão por conta de investigação em três Inquéritos por gestão temerária e fraudulenta.

Chamou a atenção da PF o fato de os mesmos conselheiros que exoneraram Carlos Alberto em 2019, o terem reconduzido ao cargo dois anos depois.

Também atraiu a PF o fato de um dos novos conselheiros do Refer, José Raimundo de Oliveira, que tomou posse em 1 de setembro, ter seu nome citado em um dos inquéritos policiais em andamento na PF.

À Previc, órgão regulador do setor de previdência complementar, caberá a última palavra sobre a habilitação do diretor indicado, Carlos Alberto.

Ao TCU, que investiga práticas ilegais na gestão do fundo de pensão, durante a gestão de Carlos Alberto, caberá analisar possível tentativa dos antigos gestores, em abafar as investigações.

Fonte: O Globo - RJ
Data: 22/09/2021

REFORMA ADMINISTRATIVA: RELATOR TENTA ACORDO PARA APROVAR TEXTO NA COMISSÃO COM ESPAÇO PARA INCLUSÃO DE ELITE DO JUDICIÁRIO

Relator tenta acordo para permitir que o texto seja aprovado
Por Geralda Doca



Governo não tem força para levar adiante reformas e privatizações, criticam economistas Foto: Marcello Casal Jr/Agência Brasil

BRASÍLIA – A comissão especial da Câmara dos Deputados que analisa a proposta de reforma administrativa, deve aprovar, nesta quarta-feira, o texto-base do projeto.

Para facilitar a votação, o relator, deputado Arthur Maia (DEM-BA), sinalizou que vai permitir, em novo parecer, que parlamentares apresentem destaques para incluir nas mudanças juízes, desembargadores e promotores.

O texto original do governo deixou essas categorias, consideradas carreiras de Estado, que compõem a elite do Judiciário e do Ministério Público, fora da reforma.

Esse é um dos principais impasses na tramitação da reforma. Com base em parecer da secretaria da mesa, o presidente da Câmara Arthur Lira (PP-AL), alega que são inconstitucionais emendas para incluir na proposta os chamados membros de Poder.



O relator da reforma administrativa, Arthur Maia (DEM-BA Foto: Gustavo Sales / Câmara dos Deputados

Por esse entendimento, esse tipo de matéria é prerrogativa do próprio Judiciário. Contudo, Lira disse a interlocutores que não interferir no trabalho do relator.

comissão.

Na versão anterior do relatório, as emendas foram classificadas como inconstitucionais, o que gerou forte reação das bancadas da

Retirada de 'jabutis'

Maia também deve recuar e retirar do parecer alguns "jabutis", como são chamadas medidas incluídas no texto que são alheias ao tema do projeto, como mudança na pensão por morte para todos policiais e ampliação de aposentadoria integral para policiais civis, que são de responsabilidade dos estados.

O foro especial para diretor da Polícia Federal e delegado da Polícia Civil também foi excluído do parecer.

O texto da reforma foi discutido pela comissão na semana passada. Mas as dúvidas persistem porque o relator cedeu à pressão de grupos corporativos e já apresentou três versões para o parecer.

Um novo complemento de voto é aguardado antes da votação nesta quarta-feira. Caso o texto base seja aprovado, a votação dos destaques deverá ocorrer nessa quinta-feira.

Maia já tinha feito várias modificações na proposta do governo, como, por exemplo, assegura estabilidade para todos os servidores e não apenas para as carreiras típicas de Estado. Alguns privilégios, como promoção automática por tempo de serviço, férias superiores a 30 dias e licença prêmio só acabam para quem ingressar no serviço público depois da aprovação da reforma.

Uma das principais mudanças introduzidas pela reforma é o desligamento do servidor por mal desempenho. A proposta torna a avaliação por desempenho obrigatória.

Além disso, permite a contratação temporária no serviço público por período de até 10 anos, além de convênios com a iniciativa privada para prestar serviços, com compartilhamento de estrutura física e recursos humanos, com ou sem contrapartida.

Oposição votará contra

Oito partidos da oposição (PT, PDT, PSB, PSOL, PCdoB, REDE, Solidariedade e PV), divulgaram nota com orientação contrária à aprovação da reforma. Destes, PDT e PSB fecharam questão.

Fonte: O Globo - RJ

Data: 22/09/2021

INFRAERO PÓS-CONCESSÕES: 4,3 MIL FUNCIONÁRIOS E NENHUM AEROPORTO PARA ADMINISTRAR

Por Mariana Barbosa

As rodadas de concessão de aeroportos estão chegando ao fim, mas o governo ainda não definiu o que será feito da Infraero, a estatal criada há quase 50 anos para gerir a infraestrutura aeroportuária do país.

Com o leilão da 7ª rodada — previsto para acontecer em abril — a Infraero perderá os seus últimos 16 aeroportos sob gestão, entre eles os mais rentáveis, Santos Dumont e Congonhas.



Infraero/Infraero | Divulgação

Restará apenas um quadro de 4,3 mil funcionários e uma folha de pagamentos na casa do bilhão. O número já exclui os 1.643 funcionários da estatal que estão sendo transferidos para a NAV, nova estatal de navegação aérea criada no governo Bolsonaro.

Anos de benefícios adquiridos e acordos sindicais para proteger os trabalhadores no início do processo de concessão de aeroportos no governo Dilma tornaram a extinção da Infraero um enorme desafio. Os funcionários são concursados, mas contratados sob regime da CLT, com estabilidade garantida em decisões judiciais.

Sem conseguir demitir, a estatal passou a ser fornecedora de mão de obra para outros órgãos, como Anvisa e INSS. Há hoje 2.293 funcionários da estatal espalhados por outros órgãos públicos em Brasília.

Fundada em 1973, a Infraero chegou a ter mais de 70 aeroportos sob gestão e mais de 12 mil funcionários.

A estatal ainda terá de fazer a transição operacional para os novos concessionários, processo que costuma levar um ano a partir da realização do leilão.

Depois disso, dentre as possibilidades em estudo está a transformação da estatal para atuar em consultoria técnica de projetos para a administração pública.

Fonte: O Globo - RJ

Data: 22/09/2021



TRIBUNA DO NORTE – RN

FEDERAÇÃO DOS PORTUÁRIOS VAI ACIONAR JUSTIÇA PARA TENTAR SUSPENDER LEILÃO

Para os trabalhadores da Companhia Docas do Rio Grande do Norte (Codern), o leilão do Terminal Portuário de Areia Branca tem trazido o temor do desemprego, apesar da expectativa ser a de geração de 3.257 postos de trabalho ao longo dos 25 anos, entre diretos, indiretos e efeito-renda. No caso deles, trata-se de trabalhadores celetistas, que não têm a mesma estabilidade dos funcionários efetivos. Eles tentaram fazer com que o edital do leilão trouxesse a garantia de que a empresa iria absorver essa mão-de-obra, mas não conseguiram.

“Não conseguimos avançar sobre o destino dos trabalhadores e deflagramos em setembro do ano passado uma greve, que foi suspensa por decisão judicial. Sem poder estar em greve, a Federação dos Trabalhadores Portuários está planejando judicializar o edital, para tentar suspender o leilão até que a situação dos trabalhadores esteja definida”, declarou o presidente do Sindicato dos Trabalhadores nos Serviços Portuários do RN (Sinporn), Pablo Barros.

Ele disse que desde que foram iniciados os estudos para a privatização, ainda em 2019, a categoria tem tratado com a direção da Codern sobre o destino dos trabalhadores. Segundo ele, dos 115 cargos hoje em operação no porto, 105 estão prestes de ser extintos com a reestruturação administrativa que a companhia está implantando, de modo que nem a proposta de absorver os funcionários em outros órgãos federais seria possível.

“O que temos de concreto é que a Codern está reestruturando seus quadros e 105 cargos serão cortados, permitindo somente 10 cargos em Areia Branca com a Codern. A tragédia é de 105 funcionários serem demitidos por extinção de cargos. Recentemente, o STF definiu que pode haver demissão de servidores através de algumas motivações e a extinção de cargos é uma dessas”, contou o sindicalista.

O Sinporn apresentou propostas à Codern, como um plano de demissão voluntária que garantisse um aporte de R\$ 5 mil mensais durante 60 meses aos trabalhadores. “Propomos o plano para que os trabalhadores consigam se manter por um tempo e tentarem se reinserir no mercado de trabalho. A Codern justificou que não tem viabilidade financeira. Então, sugeriu a rescisão e mais R\$ 30 mil, que corresponde a cerca de 6 meses de trabalho. Essa proposta é inviável porque é pouco tempo para se conseguir outro trabalho na situação em que estamos e porque o porto-ilha tem funções específicas que o trabalhador dificilmente conseguirá se reinserir em outro local. O ideal seria a empresa arrendatária garantir os empregos”, propôs Pablo Barros.

Segundo a Codern, as negociações com os funcionários ainda não acabaram. “Com relação aos trabalhadores, a empresa está em tratativas com os funcionários, discutindo as alternativas, como o Plano de Desligamento Voluntário do Empregado (PDVE), realocação para o Porto de Natal ou Porto de Maceió e possibilidade de movimentação para outros órgãos federais”, informou em nota.

Fonte: Tribuna do Norte - NR

Data: 22/09/2021

TERMINAL SALINEIRO DE AREIA BRANCA VAI A LEILÃO EM NOVEMBRO

Por Cláudio Oliveira - Repórter

Está previsto para acontecer no próximo dia 5 de novembro o leilão do Terminal Salineiro de Areia Branca (Tersab). A data foi anunciada nesta terça-feira (21) pelo presidente Jair Bolsonaro (Sem Partido) em suas redes sociais. A privatização tem trazido expectativas de crescimento da atividade para as indústrias que operam no porto, mas, para os trabalhadores da Companhia Docas do Rio Grande do Norte (Codern), o temor do desemprego em massa, ao ponto de planejarem ingressar com uma ação judicial para suspender o certame.



Com 35.114 m², o Tersab tem uma parte offshore (no mar) e outra onshore, sendo a principal plataforma de escoamento de sal

Ao todo, o governo federal estima alcançar R\$ 1,281 bilhão com os leilões dos portos que compreende ainda o de Fortaleza/CE, Maceió/AL e Santos/SP (dividido em duas partes). Os investimentos previstos para o Tersab, no Complexo Portuário de Areia Branca, giram em torno de R\$ 165 milhões durante 25 anos, prazo do contrato de arrendamento da estrutura.

A Codern informou em nota, por meio de sua assessoria de imprensa, que a negociação vai lhe proporcionar mais receita e uma série de investimentos em infraestrutura, tanto em Areia Branca como no Porto de Natal. “Os investimentos público e privado garantem a continuidade e o

fortalecimento da indústria salineira do Rio Grande do Norte, de extrema importância para a economia do Estado e do País”, destacou a nota.

O terminal salineiro abrange 35.114 m², subdividido em uma parte offshore e outra onshore, dedicado à movimentação e armazenagem de granéis sólidos minerais, especialmente o sal, sendo a principal plataforma de escoamento do minério produzido no Rio Grande do Norte, com capacidade de 150 mil toneladas, o que faz do Estado o maior produtor de sal do País.

O presidente do Sindicato das Indústrias de Extração do Sal do Estado do Rio Grande do Norte (Siesal/RN), Airton Torres, disse que a expectativa do setor é de crescimento da atividade a partir da desestatização. “A gente vê o leilão como algo irreversível porque é o caminho natural que as estatais estão seguindo. Possivelmente vamos ter vantagens. A operação do porto pelo setor privado nos traz expectativa de que a operação, como um todo, vai melhorar. Sendo operado pelo setor privado, esperamos melhor desempenho do terminal, com grande possibilidade de expansão”, declarou.

Essas melhorias, das quais ele se refere, passam pelo investimento em equipamentos que devem permitir a operação com maiores volumes, aumentando a carga. “É aí que vemos que teremos vantagem. Quanto ao aumento de custos, o mercado é que vai dizer se haverá e de quanto será, já que o porto continuará público, apenas arrendado. Em 25 anos deverá haver negociações entre a empresa operadora e os produtores, com tarifas definidas pelo setor regulador”, explicou ele.

O estudo para o leilão do terminal salineiro vem se estendendo desde 2019, obedecendo uma série de requisitos como a realização de audiências públicas. O empreendimento foi qualificado na 13ª reunião do Conselho do Programa de Parcerias de Investimentos - PPI, por meio da Resolução nº 121, de 10/06/2020. Esse documento opina pela qualificação de empreendimentos públicos federais do setor portuário e do setor de transporte rodoviário no âmbito do PPI e previa o leilão do terminal salineiro no primeiro semestre de 2021.

Fonte: Tribuna do Norte - NR

Data: 22/09/2021

O ESTADO DE S. PAULO

O ESTADO DE SÃO PAULO - SP

COMISSÃO ESPECIAL DA PEC DOS PRECATÓRIOS SERÁ COMANDADA POR LÍDERES DO CENTRÃO

Diego Andrade (PSD-MG), líder da Maioria na Câmara, vai presidir o colegiado e Hugo Motta (Republicanos-PB), líder da sua bancada na Casa e próximo de Arthur Lira (PP-AL), será o relator da matéria

Por Camila Turtelli, O Estado de S.Paulo

BRASÍLIA - A comissão especial que vai modificar e votar a proposta de emenda à Constituição (PEC) sobre o pagamento dos precatórios será comandada por líderes do Centrão, com inclinação à base do governo. O deputado Diego Andrade (PSD-MG), líder da Maioria na Câmara, será o presidente do colegiado e o deputado Hugo Motta (Republicanos-PB), líder da sua bancada na Casa e um dos parlamentares mais próximos de Arthur Lira (PP-AL), será o relator da matéria.

Hugo Motta terá como missão adaptar o texto enviado pelo governo à proposta que vem sendo costurada por Lira com o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (DEM-MG), e com a equipe econômica do governo, a partir de sugestões do Judiciário.

Lira tem pressa e quer concluir a votação da PEC no prazo de 15 a 20 dias. No Senado, o presidente da Casa, Rodrigo Pacheco (DEM-MG), estima um prazo entre duas e três semanas para finalizar a votação.



O deputado Diego Andrade (PSD-MG), líder da Maioria na Câmara, foi escolhido para presidir a comissão especial da Pec dos precatórios. Foto: Cleia Viana/Câmara dos Deputados - 14/9/2021

Depois do anúncio de um acordo para solucionar o "meteoro" de R\$ 89,1 bilhões de despesas com dívidas judiciais, a proposta foi apresentada aos deputados, mas, como o tema é muito complexo, ainda há muita desinformação. Nos bastidores, parlamentares reclamavam que nenhum texto foi apresentado ainda.

Ao assumir oficialmente a relatoria, Motta afirmou que sua ideia é concluir o mais rápido possível os trabalhos da comissão, segundo ele, porque o assunto requer essa celeridade. "Vamos defender uma proposta que não coloque em xeque a credibilidade do Brasil", disse. "Precisamos cuidar dos milhões de brasileiros que sofrem com o orçamento familiar que cresceu."

Ele repetiu a tríade a ser solucionada nesse imbróglio que vem sendo falada pelas demais autoridades: pagar a dívida da União, sem furar o teto de gastos e sem comprometer a reformulação do novo Bolsa Família, batizado de Auxílio Brasil.



O deputado Hugo Motta (Republicanos-PB), líder da sua bancada na Câmara, será o relator da PEC dos precatórios na Casa. Foto: Cleia Viana/Câmara dos Deputados - 2/9/2021

A ideia da comissão é aproveitar a PEC sobre o mesmo tema enviada pelo governo e aprovada pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara na semana passada. Apesar da falta do texto, fontes informaram que a reação à proposta que vem sendo estudada foi boa

durante reunião com deputados realizada na terça-feira, 21, após o anúncio do acordo por Pacheco e Lira ao lado do ministro da Economia, Paulo Guedes. No Senado, a reunião de Pacheco com os líderes para apresentar os termos do acordo deverá ocorrer na quinta-feira, 23.

"Nosso grande desafio será fechar uma conta que não bate", afirmou o deputado Enio Verri (PT-PR), membro da comissão. "Conte conosco na construção desse projeto". Motta disse que pretende começar os trabalhos ouvindo o governo, depois o Judiciário e o Tribunal de Contas da União (TCU).

A comissão, que tem 34 integrantes titulares e igual número de suplentes, foi recheada de nomes importantes da base do governo, como o deputado Hélio Lopes (PSL-RJ), Giovani Cherini (PL-RS) e Vitor Hugo (PSL-GO). Outros nomes de destaque na atuação da Câmara, como a deputada Margarete Coelho (PP-PI), primeiro membro da tropa de choque de Lira, está no colegiado, assim como o relator do Orçamento, Hugo Leal (PSD-RJ), na posição de suplente.

Fonte: O Estado de São Paulo - SP
Data: 22/09/2021

ALÍVIO COM A CHINA FAZ BOLSA BRASILEIRA RETOMAR OS 112 MIL PONTOS

O Ibovespa tem alta de cerca de 2% nesta quarta-feira, puxada principalmente por ações ligadas ao setor metálico; dólar é cotado na casa dos R\$ 5,27

Por Maria Regina Silva, O Estado de S.Paulo

A redução da desconfiança em relação à crise envolvendo a gigante chinesa do setor imobiliário Evergrande estimula compras na Bolsa de Valores de São Paulo, a B3, fazendo com que seu

principal índice tenha alta de cerca de 2%. O resultado é puxado especialmente por ações ligadas ao setor metálico.

O alívio veio com notícias de que uma das subsidiárias da Evergrande pretende honrar o pagamento de juros que vencem na quinta-feira, 23. Além disso, há relatos de que o governo chinês planeja reestruturar a empresa e transformá-la numa estatal. Nova injeção de liquidez pelo o banco central chinês no mercado também melhora os ânimos.

A Bolsa também repercutiu a disparada de 16,84% do preço do minério de ferro, para US\$ 108,70 a tonelada. No câmbio, a expectativa pela decisão de política monetária dos Estados Unidos, nesta quarta, e sinais sobre a redução do programa de estímulo do Fed (o banco central americano) deixam o dólar instável, sem uma direção definida. Os juros futuros, por sua vez, têm as oscilações contidas na expectativa de alta da Selic e indicações dos próximos passos do Banco Central brasileiro no ciclo de aperto monetário.

O caso dos precatórios persiste no radar dos investidores. A comissão especial que vai modificar e votar a proposta de emenda à Constituição (PEC) sobre o pagamento dos precatórios será comandada por líderes do Centrão, com inclinação à base do governo. O deputado Diego Andrade (PSD-MG), líder da Maioria na Câmara, será o presidente do colegiado e o deputado Hugo Motta (Republicanos-PB), líder da sua bancada na Casa e um dos parlamentares mais próximos de Arthur Lira (PP-AL), será o relator da matéria.

Além das ações ligadas ao setor de commodities metálicas, os papéis do segmento financeiro sobem, à espera do Copom, depois das 18h30 desta quarta, e do Fed. Por aqui, o BC deve subir a Selic de 5,25% para 6,25% ao ano, e indicar novos aumentos, enquanto nos EUA a expectativa é de que mantenha o juro no atual nível, podendo indicar quando iniciará o 'tapering', como é conhecida a retirada de estímulos monetários. Em contrapartida, ações de consumo sofrem na Bolsa, em meio ao quadro pressionado de inflação e juros elevados.

Às 13h25, o Ibovespa subia 2,27%, aos 112.757,13 pontos. Na mínima diária, marcou 110.251,25 pontos. Entre as maiores altas da carteira estavam Usiminas PNA (8,28%) e Gerdau PN (7,20%), ambas reagindo ao noticiário da China. Destaque ainda para Azul PN (7,36%) e Gol PN (5,46%), além de Embraer ON (6,43%), Banco Pan PN (5,12%) e Bradespar PN (4,42%), que pegava carona em Vale ON (3,16%).

No mesmo horário, o dólar era cotado a R\$ 5,2726, com queda de 0,26%.

Fonte: O Estado de São Paulo - SP

Data: 22/09/2021

MINISTÉRIO DA ECONOMIA REDUZ PROJEÇÃO DE ROMBO NAS CONTAS PÚBLICAS PARA R\$ 139 BI EM 2021

Revisão foi motivada pelo aumento na arrecadação; em relatório de julho, estimativa era de resultado negativo de R\$ 155,418 bilhões

Por Lorena Rodrigues e Idiana Tomazelli, O Estado de S.Paulo

BRASÍLIA - O aumento da arrecadação levou o Ministério da Economia a projetar um rombo menor nas contas públicas em 2021. O déficit previsto é de R\$ 139,435 bilhões, segundo o Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas do 4.º bimestre. Antes, a expectativa era de um resultado negativo de R\$ 155,418 bilhões.

A meta fiscal para este ano permite um rombo de até R\$ 247,1 bilhões. No entanto, como despesas com o auxílio emergencial e a nova edição do Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda (BEm) foram excluídas da meta, na prática, esse valor é até mais significativo: um déficit de até R\$ 331,577 bilhões.

O resultado primário é obtido a partir da diferença de receitas e despesas do governo. Segundo a pasta, a melhora no primário é “consequência principal” da melhora da arrecadação, na esteira do crescimento. O governo projeta uma alta de 5,3% no Produto Interno Bruto (PIB) este ano, após um tombo de 4,1% no ano passado.

Os dados do relatório mostram que a previsão de receita total subiu R\$ 39,268 bilhões, para R\$ 1,855 trilhão no ano. Já a receita líquida ficou R\$ 31,493 bilhões maior, para R\$ 1,507 trilhão.

As despesas primárias, por sua vez, subiram R\$ 15,510 bilhões, para R\$ 1,647 trilhão. Desse valor, R\$ 10,388 bilhões vieram do aumento dos gastos obrigatórios (para R\$ 1,522 trilhão) e R\$ 5,122 bilhões da alta nas despesas discricionárias, que incluem custeio e investimentos (para R\$ 124,468 bilhões).

O governo ainda registrou que as despesas sujeitas ao teto de gastos ficaram R\$ 3,096 bilhões na avaliação de hoje. A Economia estima que as despesas primárias encerrarão o ano em 19,0% do PIB, caindo a 17,5% do PIB em 2022 - o menor patamar em quase uma década.

Fonte: O Estado de São Paulo - SP

Data: 22/09/2021



VALOR ECONÔMICO (SP)

MINÉRIO DE FERRO SOBE 16,8% NO PORTO DE QINGDAO E VOLTA A US\$ 108,70 POR TONELADA

Avanço ocorre após 10 sessões de baixa e estabilidade, com incertezas em torno da Evergrande
Por Stella Fontes, Valor — São Paulo

Depois de 10 sessões de baixa e estabilidade, os preços do minério de ferro voltaram a subir nesta quarta-feira nos mercados à vista e futuro, recuperando o nível de US\$ 100 por tonelada.

Segundo a publicação especializada Fastmarkets MB, o minério com teor de 62% de ferro avançou 16,8% no porto de Qingdao, para US\$ 108,70 por tonelada. Com isso, as perdas em setembro foram reduzidas a 29,3%.

No ano, a desvalorização da commodity no mercado à vista é de 32,3%.

A melhora dos preços foi impulsionada pelo primeiro sinal positivo da incorporadora chinesa Evergrande, que anunciou vai pagar nesta quarta-feira os juros de uma dívida vencida. Os riscos de falência da companhia, contudo, ainda estão presentes.



Mineração noturna — Foto: xusenru/Pixabay

Entre participantes do mercado, há dúvidas quanto à manutenção da trajetória de recuperação dos preços do minério uma vez que a percepção é a de que a economia chinesa vai crescer mais lentamente. O país é o maior importador de minério de ferro do mundo.

Na Bolsa de Commodity de Dalian, os contratos mais negociados com vencimento em janeiro encerraram o dia com alta mais modesta, de 3,7%, a 668,50 yuan por

tonelada.

Fonte: Valor Econômico - SP

Data: 22/09/2021

ALCOA VOLTA A PRODUZIR ALUMÍNIO NO BRASIL COM REVIRAVOLTA DO MERCADO

Companhia vai investir R\$ 400 milhões para reativar parte da capacidade da Alumar, em São Luís (MA), paralisada desde 2015

Por Ana Paula Machado e Felipe Laurence — De São Paulo

Com a melhora do mercado e dos preços do alumínio no mundo, a multinacional americana Alcoa decidiu retomar a produção de alumínio primário no Brasil. A companhia anunciou que a usina (smelter) da Alumar, localizada em São Luís (MA), desligada desde 2015, voltará a operar em abril de 2022. Para isso a companhia vai investir R\$ 400 milhões.

Segundo o presidente da Alcoa no Brasil, Otávio Carvalheira, a empresa poderá produzir 268 mil toneladas de metal primário no site e o volume será destinado ao mercado brasileiro. “Nós vamos suprir o país, a nossa produção será vendida aos transformadores de alumínio. Esse é o planejamento inicial. No entanto, a unidade está perto do porto, o que pode beneficiar a exportação”, disse Carvalheira.



Carvalheira, CEO da Alcoa Brasil: o país tem condições de ser protagonista na produção mundial de alumínio verde
— Foto: Marcus Desimoni/NITRO/Valor

A empresa prevê que a nova capacidade será alcançada no último trimestre de 2022. Antes, a Alumar era apta a fazer 450 mil toneladas.

Para a retomada, serão contratados 750 novos empregados, os quais se somarão aos 850 que já trabalham na refinaria (fabricação de alumina). A Alumar tem como sócia minoritária a australiana South32.

“A retomada é uma decisão baseada na análise de que a fundição pode ser competitiva nos ciclos, ajudada por ser um empreendimento conjunto, com força de trabalho robusta e acordos competitivos de energia renovável”, diz John Slaven, diretor operacional da Alcoa, em nota.

Segundo a empresa, o custo total do reinício das operações será de US\$ 75 milhões. O impacto no balanço no próximo trimestre será de até US\$ 20 milhões.

A volta da produção da Alcoa na Alumar, por ora, é um caso isolado. A partir de 2015 foram fechadas 788 mil toneladas em capacidade instalada no país, segundo a Associação Brasileira do Alumínio (Abal). Desse volume, a Abal estimava que 450 mil toneladas poderiam retornar.

Atualmente, a indústria do alumínio no país pode produzir 910 mil toneladas de metal primário - as duas grandes produtoras são a CBA, do grupo Votorantim, e a Albras, da Norsk Hydro.

No ano passado, o consumo no país foi de 1,42 milhão de tonelada. “A volta da Alcoa representa cerca de 60% do volume que se via como possível de recuperar. O restante depende de decisões estratégicas das empresas e das condições dos equipamentos que foram desligados”, disse Janaína Donas, presidente da Abal.

Um dos motivos para o fechamento de capacidade, há seis anos, foi justamente o custo de energia cobrado no país, vis-a-vis o preço do metal. A energia pesa entre 35% e 45% no custo de produção. Atualmente, o preço do alumínio na LME (Bolsa de Londres) está na faixa de US\$ 2,9 mil a tonelada. A energia continua cara.

No caso da Alcoa, Carvalheira informou que a empresa tem acordos com geradoras e distribuidoras de energia para suprir a Alumar e as operações que mantém no país. “O cenário mudou bastante e temos projetos de energia renovável que vão alimentar a produção a partir de 2024 a custos competitivos para permitir que seja sustentável ao longo do tempo”, afirmou. Hoje, disse, a empresa tem um mix de fornecimento de energia e cogeração em hidrelétricas em que é sócia com outras companhias.

A Alcoa não informou o consumo anual de energia, mas ressaltou que a partir de 2024 prevê usar a maior parte de energia renovável. “O Brasil tem condição de voltar a ter uma participação relevante no mundo e voltar a ser autossuficiente em alumínio primário. Temos a bauxita, excelentes usinas de alumina e fontes de energia renovável. Esses são fatores fundamentais para a indústria crescer”, disse Carvalheira

Fonte: Valor Econômico - SP

Data: 22/09/2021

CRISE DA EVERGRANDE: CHINA TEM COMO AMORTECER COLAPSO, DIZ ECONOMISTA DA OCDE

Para Laurence Boone, o governo chinês tem como administrar o colapso financeiro da incorporadora Evergrande. Mas riscos à economia global persistirão



Para a economista-chefe da OCDE, Laurence Boone, os riscos ligados ao aumento da inflação e à situação na China são maiores para os países emergentes — Foto: Divulgação OCDE/Victor Tonelli

O crescimento da economia global é maior do que esperado há um ano, mas a recuperação continua desigual e expõe tanto os países desenvolvidos quanto os emergentes a uma série de riscos. A avaliação da Organização para Cooperação e Desenvolvimento (OCDE) foi apresentada pela sua economista-chefe, Laurence Boone.

Em entrevista ao Valor, Boone destacou a alta da inflação e a desaceleração do crescimento global em 2022. Para a OCDE, uma consequência potencial de uma pressão inflacionária mais forte em 2022 é elevar as expectativas do mercado financeiro sobre um início mais precoce da normalização da política monetária, o que criaria dificuldades para alguns emergentes.

A avaliação é também de que o progresso lento de vacinação e a propagação contínua de novas mutações do vírus resultaram em uma recuperação mais fraca e maiores perdas de empregos.

Boone destacou igualmente a tensão com a crise da dívida imobiliária na China, ilustrada na ameaça de default da Evergrande, que representou 4% de todas as vendas de imóveis novos na China no ano passado. Mas, ao apresentar o relatório de perspectivas globais, ela deu a mensagem da OCDE de que o governo chinês tem capacidade monetária e fiscal de amortecer o choque causado por Evergrande, e que o impacto das turbulências que abalaram as bolsas no mundo deve ser limitado.

Para a economista-chefe da OCDE, o apoio dos governos continua sendo necessário, em meio a perspectivas a curto prazo ainda incertas e mercados de trabalho que ainda não se recuperaram. Leia a seguir trechos da entrevista. (AM)

Valor: O que mudou desde sua última projeção para a economia mundial?

Laurence Boone: Em termos de crescimento não há surpresa, está em linha com o que falamos em maio, mas a retomada continua desigual entre os países. O que é novo é que focamos na inflação, porque, claro, todo mundo está muito preocupado com isso.

Valor: Há risco de estagflação?

Boone: Não podemos dizer nunca que não há risco de nada. Pelo momento, temos uma recuperação muito forte e que continuará no ano que vem, portanto a situação não sugere isso [estagflação]. Com relação à inflação, pensamos duas coisas. Primeiro, que é temporária, pois se deve muito ao lado extraordinário dessa crise; segundo, que será bem mais complicado para países emergentes, com os altos preços de energia e alimentos.

Temos movimentos de preços bastante ásperos devido a vários distúrbios. Como uma forte demanda de matérias-primas, com preços que aumentam muito com o preço do petróleo. Perturbações do preço de transporte, muito mais caros hoje, multiplicados por três no transporte marítimo, e também perturbações nas cadeias de produção. E há muitas fronteiras que estão fechadas em vários países, muito menos mobilidade de pessoas, e isso afeta particularmente os setores da agricultura e construção. Esse é o lado da oferta.

No lado da demanda, em muitos países a renda das pessoas e a situação das empresas foram preservadas, e com a abertura da economia subiu a demanda por bens duráveis, automóveis, equipamentos de casa, semicondutores. A demanda de semicondutores vai ser mais elevada de maneira permanente, mas vemos que a capacidade de produção está aumentando, e os preços vão se normalizar. Quanto a bens duráveis e semiduráveis, não é demanda que vai continuar a aumentar por vários anos. Há fenômeno de recuperação, mudança de demanda de certos produtos e isso também deverá abrandar no curso do ano que vem.

Portanto, a recuperação de preços não quer dizer forçosamente que é uma inflação que vai subir o todo o tempo. Quando examinamos antecipações de inflação além do curto prazo, por exemplo, no horizonte de três a cinco anos, ela é bastante estável, não vemos essa famosa espiral de preços/salários.

Valor: E suas repercussões na política monetária?

Boone: Algo muito diferente em relação à crise financeira global [2008/09] é que desta vez a comunicação sobre política monetária e reação dos bancos centrais foram muito rápidas e muito mais claras. Por exemplo, BCs nos emergentes, como no Brasil, reagiram rapidamente à alta da inflação. E isso vai ter um efeito para desacelerá-la. Da mesma maneira, o Federal Reserve dos EUA foi claro na sua comunicação. Os países emergentes começaram a aumentar os juros. Tem havido uma melhor sequência em relação ao que vimos antes.

Boone: Primeiro, como falamos, identificamos o risco de inflação. Pensamos que é temporária, mas é preciso monitorar. Além disso, enquanto não tivermos muito mais pessoas vacinadas do que agora, não estaremos ao abrigo de fechamento de cadeias de produção, de portos, de tudo que faz a fluidez da atividade econômica mundial. Isso é muito importante, porque leva a uma persistência da inflação do lado da oferta. Portanto, [o ritmo da vacinação] nos inquieta pela saúde das pessoas, pela atividade e pela inflação. Também acompanhamos com atenção o que está ocorrendo na China, é claro, porque vimos em 2015 que, quando há tensão financeira ou baixa da demanda no país, isso tem impacto no resto do mundo, e é algo que afeta, por exemplo, o Brasil com as matérias-primas.

Valor: Sobre a tensão na China...

Boone: Vamos ficar atentos a essa situação da dívida do setor imobiliário. A China começou a sanear um pouco todos seus créditos e isso não ocorre sempre da maneira mais suave possível. É difícil sanear quanto houve crédito demais e conseguir que não haja muito impacto sobre o crescimento e os consumidores.

E continuando sobre os riscos, vemos que as economias que estavam com pleno emprego vão voltar ao pleno emprego, as que não estavam em pleno emprego continuarão assim. Ou seja, as

economias voltam ao que estavam antes da crise, só que com mais dívidas. E com uma transição energética que vai custar dinheiro. Assim, será necessário que os governos comecem a anunciar - nem é fazer, porque precisamos do apoio fiscal - como eles vão selecionar as prioridades, como vão ajustar suas finanças para fazer face às dívidas, a transição e aos problemas de antes.

Valor: Tudo isso num cenário de crescimento menor em 2022.

Boone: Sim, teremos moderação do crescimento em todo lugar, nas economias emergentes e nas avançadas. Mas é normal, um efeito de recuperação que vai diminuindo. É importante notar que, em relação à crise financeira global, na atual crise os países mantiveram o apoio fiscal, focando melhor [nesses apoios], depois diminuem as medidas de urgência. Os governos foram bem sucedidos em todo o período de proteção contra a crise sanitária. Agora estamos numa transição para a normalização, e é um período também complicado de manejar do ponto de vista de políticas econômicas.

Valor: Sobre o início da retirada de estímulos à economia dos EUA, como ficam os emergentes?

Boone: Em 2013 os mercados e os emergentes foram surpreendidos [a reversão do Fed de seu programa de flexibilização quantitativa de compras de ativos em 2013 gerou pânico no mercado quando os rendimentos dos títulos dispararam e os preços das ações caíram, com um aumento nos custos de empréstimos globais]. Desta vez, os emergentes já apertaram a política monetária. Nos EUA, a comunicação ajuda a esclarecer as coisas e ajuda a não ter choques e surpresas, como em 2013. Por isso, insistimos muito na comunicação dos bancos centrais. É preciso realmente evitar surpresas no mercado que levem a altas das taxas de juros que podem ser desestabilizadores para as economias.

Valor: A nova projeção da OCDE para o Brasil, de expansão de 2,3% em 2022, não é muito otimista? O mercado já fala em menos de 1%.

Boone: Há três fatos principais que levaram à revisão de nossa projeção. O crescimento na primeira metade do ano foi melhor do que prevíamos, e isso tem impacto sobre a produção futura. Além disso, há o boom de commodities, que pode continuar; e, por fim, tem uma surpresa, a alta da arrecadação do governo, com as finanças públicas melhores do que esperávamos. Isso é positivo. Do lado da oferta também, o que vemos é capacidade de produção sólida.

Valor: A maior confrontação entre os EUA e China pode ter impacto sobre a recuperação global?

Boone: Não posso comentar sobre questões militares, mas quando há tensões nas trocas comerciais, como em 2017 e 2018, tem impacto sobre o crescimento.

Fonte: Valor Econômico - SP

Data: 22/09/2021

portosenavios

PORTAL PORTOS E NAVIOS

MAIS DE 150 ORGANIZAÇÕES PEDEM AÇÃO PARA DESCARBONIZAR O TRANSPORTE MARÍTIMO ATÉ 2050

Da Redação NAVEGAÇÃO 22 Setembro 2021



Canal do Panamá

Signatários do chamado para a descarbonização do transporte marítimo incluem Canal do Panamá, Maersk, BW LPG, Hapag-Lloyd, Mitsui OSK Lines, MSC Mediterranean Shipping e o Porto de Rotterdam

O Canal do Panamá e mais de 150 outras organizações em toda a cadeia de valor marítima assinam nesta quarta-feira (22) um apelo da indústria para que os líderes mundiais se comprometam a descarbonizar o transporte marítimo internacional até 2050. O apoio a emissão zero em escala industrial se daria por projetos e por meio de ações nacionais, com medidas de política.

Os signatários do documento "Call to Action for Shipping Decarbonization" incluem muitos dos maiores atores do mundo no comércio global, como Maersk, BHP, BP, BW LPG, Cargill, Carnival Corporation, Citi, Daewoo, Euronav, GasLog, Hapag-Lloyd, Lloyd's Register, Mitsui OSK Lines, MSC, Olympic Shipping, Porto de Rotterdam, Rio Tinto, Shell, Trafigura, Ultrana, Volvo e Yara. Cada signatário assumiu compromissos climáticos e está tomando medidas concretas.

“Além de ser um atalho para o comércio global, o Canal do Panamá reconheceu há muito tempo que a descarbonização do transporte marítimo requer uma colaboração e compromisso de todos os participantes para uma cadeia de suprimentos mais sustentável”, disse o administrador do Canal do Panamá, Ricaurte Vásquez Morales. “No início deste ano, estabelecemos o objetivo estratégico de nos tornarmos uma entidade neutra em carbono até 2030, mantendo nosso compromisso de participar dos esforços da indústria marítima em todo o mundo.”

Conforme citado em novo relatório emitido pelo Pacto Global da ONU "Traçando uma Trajetória de 1,5 C para o Transporte Marítimo", o Canal do Panamá estabeleceu suas próprias metas de descarbonização ao mesmo tempo em que estabelece iniciativas para incentivar as companhias marítimas a minimizar sua pegada de carbono.

Os objetivos do Canal do Panamá para se tornar neutro em carbono até 2030 foram anunciados oficialmente em abril. A autoridade do canal começou a rastrear sua pegada de carbono em 2013 com a intenção de alinhar melhor suas operações aos objetivos globais de redução de emissões para mitigar e se adaptar às mudanças climáticas.

A hidrovía reforçou esses esforços com uma ideia inovadora em 2016 promovendo trânsitos verdes através do programa de reconhecimento ambiental "Green Connection" e criando uma Calculadora de Emissões em 2017, ferramenta que permite às companhias marítimas medir suas emissões de gases de efeito estufa (GEE) por rota.

Desde então, o Canal passou a apresentar vários programas para consolidar seu valor e se posicionar como uma rota verde para o comércio marítimo, desde a oferta de incentivos para companhias marítimas sustentáveis à parceria com comunidades na bacia do Canal do Panamá para garantir o uso sustentável dos recursos naturais da área.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ
Data: 22/09/2021

WÄRTSILÄ APOSTA EM MOTOR A AMÔNIA PARA 2023

Da Redação INDÚSTRIA NAVAL 22 Setembro 2021



A Wärtsilä e a Samsung Heavy Industries (SHI) assinaram um acordo de programa de desenvolvimento conjunto com o objetivo de produzir navios movidos a amônia com motores auxiliares de 4 tempos para futuros projetos de construção.

A Wärtsilä tem um papel de liderança no desenvolvimento de motores para operação com futuros combustíveis limpos e já testou com sucesso um motor funcionando com uma mistura de combustível contendo 70% de amônia. A empresa prevê ter um conceito de

motor capaz de operar com 100% de amônia em 2023.

“Há muito interesse de proprietários e operadores no potencial de novos combustíveis de queima limpa e acredita-se que a amônia esteja entre os candidatos mais promissores. A Wärtsilä já fez um progresso significativo nos testes de amônia e temos o prazer de trabalhar com eles para tornar isso realidade”, disse Youngkyu Ahn, vice-presidente da SHI.

“A descarbonização se tornou o objetivo da indústria e nós da Wärtsilä estamos comprometidos em fazer todo o possível para alcançar essa ambição. A adoção de uma nova geração de combustíveis livres de carbono é fundamental para um futuro descarbonizado para o transporte marítimo, portanto, este acordo JDP representa um importante passo à frente”, disse Östen Lindell, Diretor de Vendas da Wärtsilä Marine Power.

De acordo com a SHI, os alvos iniciais mais prováveis para navios que utilizarão combustível de amônia serão os navios porta-contêineres e grandes navios de transporte de petróleo bruto, operando com motores principais de 2 tempos e motores auxiliares Wärtsilä de 4 tempos.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 22/09/2021

FIRJAN E PETROBRÁS SE JUNTAM PARA IMPLANTAR UM COMPLEXO INDUSTRIAL NO POLO GASLUB, EM ITABORAÍ (RJ)

Por Viviane Castanheira ECONOMIA 22 Setembro 2021



Comperj - Arquivo

Com o objetivo de criar condições para a implantação de um polo industrial para atrair empresas, a Firjan e a Petrobras assinaram, no dia 10 de setembro, um protocolo de intenções para realização de ações e estudos para a implantação de um complexo industrial no Polo GasLub, em Itaboraí (RJ). A ideia é que as indústrias que serão implantadas possam utilizar a infraestrutura e os insumos disponíveis no local.

Gaslub é o novo nome dado pela Petrobras ao antigo Complexo Petroquímico do Estado do Rio de Janeiro (Comperj), que teve as obras paralisadas em 2013 e agora está sendo adaptado para processar parte do gás natural que será produzido no pré-sal da Bacia de Santos. No local está sendo implantada a Unidade de Processamento do Gás Natural - UPGN.

Previsto para entrar em operação no primeiro semestre de 2022, o Gaslub terá uma unidade de processamento de gás natural com capacidade total de 21 milhões de m³/dia. O projeto é integrado à Rota 3, que conectará campos do Pré-Sal para escoamento da produção de gás natural. O objetivo é que essa planta de processamento seja conectada, por meio de um gasoduto, com a rede de transporte de gás natural, possibilitando a entrega do energético a todo o mercado.

De acordo com a gerente de Petróleo, Gás e Naval da Firjan, Karine Fragoso, por estar localizado na área em que seria desenvolvido o Comperj, este Protocolo de Intenções tem como objetivo estudar quais projetos podem ser desenvolvidos nesta área, aproveitando a disponibilidade de gás natural para atrair investimento, indústrias que vão gerar emprego e renda. “O objetivo maior do Protocolo é trabalhar pelo desenvolvimento econômico do estado do Rio de Janeiro, a partir da implementação de projetos industriais que possam fazer uso das vantagens comparativas da região”, explica a gerente da Firjan. Para ela, com o avanço desses projetos o aquecimento da economia como um todo pode trazer oportunidades para aumentar as atividades portuárias no estado. “Localizado no município de Itaboraí, a área do GasLub está próxima ao Arco Metropolitano, explicitando a conexão da área com a logística do estado e, conseqüentemente, sua conexão com portos fluminenses”, ressalta.

As atividades do Protocolo incluem estudar quais os benefícios que a área do antigo Comperj já entrega e as barreiras que precisam ser trabalhadas. O governo do estado do Rio anunciou que há empresas interessadas em desenvolver projetos de geração de energia elétrica, plantas de lubrificantes e possibilidade de projetos de petroquímica. Karine Fragoso lembra que o Brasil é um dos principais agentes mundiais quando se fala em agronegócio, mas a maior parte dos fertilizantes usados pelo país para a produção agrícola é importado. “Estudar opções de desenvolvimento de plantas de fertilizantes é uma maneira de mitigar o risco de impactos na nossa produção agrícola. Além disso, o gás natural também pode ser usado - quando conectado com a malha de transporte, para atender diversos outros segmentos de consumo, como de Gás Natural Veicular (GNV), comercial e outras indústrias”.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ
Data: 22/09/2021

CLASSNK HOMOLOGA SERVIÇO DE MONITORAMENTO DE CO2 EM TEMPO REAL DA WEATHERNEWS

Da Redação NAVEGAÇÃO 22 Setembro 2021

A classificadora japonesa ClassNK endossou formalmente o serviço de Monitoramento da Intensidade de Carbono (CIM) da Weathernews lançado em abril, para monitorar e visualizar as emissões de CO2 dos navios. O CIM agora está totalmente operacional.

Em junho, a IMO adotou um novo sistema de classificação de desempenho de combustível para ajudar a cumprir as metas de redução de gases de efeito estufa (GEE) do transporte marítimo. A partir de 2023, o desempenho ambiental dos navios será avaliado em seu consumo médio anual de combustível (índice de intensidade de carbono) em uma escala de cinco classificações de A a E.

Essa estrutura mais rígida torna as medidas de eficiência de combustível ainda mais urgentes para armadores e operadores. A Weathernews atualizou seu serviço CIM, anteriormente já existente, com uma nova função que fornece monitoramento em tempo real das emissões de CO2 para cada viagem. O serviço calcula o Índice de Eficiência Energética de Navios (EEXI) com base nas emissões de CO2, consumo de combustível e distância percorrida, dando aos proprietários e operadores um instantâneo do desempenho ambiental.

O CIM coleta dados de emissões e consumo de combustível para cada navio inscrito, enviando os dados acumulados da nuvem para o proprietário ou operador por meio de APIs após cada viagem.

O endosso pela ClassNK valida a autenticidade dos dados operacionais do sistema e o método de cálculo utilizado.

A Weathernews também planeja atualizar seu serviço Optimal Ship Routeing (OSR) para permitir a seleção de rotas e velocidades ideais, enfatizando a redução das emissões de CO2 desde o início de cada viagem. Além do monitoramento em tempo real, o OSR permitirá a visualização das reduções reais de emissões e, eventualmente, fornecerá suporte ao gerenciamento de metas de emissões por meio de OSR e CIM.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ
Data: 22/09/2021

HAPAG-LLOYD ENCOMENDA MAIS 75 MIL CONTÊINERES PADRÃO

Da Redação NAVEGAÇÃO 22 Setembro 2021



Para diminuir ainda mais a escassez de contêineres vazios, a Hapag-Lloyd encomendou outros 75.000 contêineres padrão. Todos serão fabricados na China e entregues à Hapag-Lloyd no quarto trimestre. Somando todos os investimentos em contêineres desde o início de 2020, a Hapag-Lloyd já encomendou 625 mil TEUs.

“Embora o tempo de resposta normal para nossos contêineres seja de 50 dias, atualmente precisamos de até 60 dias ou mais devido ao grande congestionamento nos portos, terminais e operações internas em todo o mundo. Isso significa que hoje cerca de 20% a mais de contêineres são embarcados enquanto transportavam a mesma quantidade de carga antes da crise. Com nossos recentes pedidos de contêineres, a Hapag-Lloyd está contribuindo ainda mais para aliviar a situação desafiadora de nossos clientes em todo o mundo”, disse Rolf Habben Jansen, CEO da Hapag-Lloyd.

A Hapag-Lloyd agora tem uma frota de contêineres de mais de 2,8 milhões de TEU, entre eles 250 mil TEUs em contêineres reefer para carga refrigerada.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 22/09/2021

PORTO DO RIO GRANDE BATE RECORDE DE MOVIMENTAÇÃO

Da Redação PORTOS E LOGÍSTICA 22 Setembro 2021



Os portos de Rio Grande, Pelotas e Porto Alegre registraram aumentos na movimentação de cargas no período de janeiro a agosto. O Porto de Pelotas registrou uma variação positiva de 42,88% em relação ao mesmo período do ano passado. O Porto do Rio Grande registrou em agosto o melhor mês de sua história, superando o recorde conquistado em maio deste ano. No oitavo mês de 2021, o cais público rio-grandino atingiu a marca de 4.704.476 toneladas, um aumento de 23,40% em relação ao mesmo mês do ano passado.

O Porto do Rio Grande soma 30.026.626 toneladas movimentadas de janeiro a agosto, número 13,29% maior do que nos primeiros oito meses de 2019, quando a movimentação atingiu 26.505.138 toneladas. O principal destaque segue sendo a Madeira, com uma variação de 218,43% em relação ao mesmo período de 2020.

A lista é seguida pela Ureia (38,44%), Farelo de Soja (18,17%), o Trigo (17,24%), Soja em Grão (5,39%) e Demais Mercadorias (4,92%). O destino das exportações do Porto do Rio Grande tem a China na primeira posição (60,02%), seguida por Coreia do Sul (5,09%), EUA (3,66%), Marrocos (2,48%), França (2,19%), Vietnã (2,00%) e Portugal (1,74%).

Conforme as entidades da agroindústria gaúcha estavam prevendo desde o início do ano, o mês de agosto se caracterizou como o ponto de virada na exportação da soja em grão, efetivando os números superlativos de movimentação que a grande safra deste ano no estado vem representando.

No período de janeiro a agosto de 2021, a exportação de soja em grão atingiu 9.202.831 toneladas, uma variação de 4,32% em relação à mesma janela do ano passado, quando foram exportadas 8.821.500 toneladas.

O Porto de Pelotas atingiu a marca de 973.566 toneladas movimentadas no período de janeiro a agosto, número 42,88% maior que no ano de 2020. Entre as principais cargas estão as toras de madeira, clínquer e soja em grão, que movimentaram 107.506 toneladas, 24.661 toneladas e 8.787 toneladas, respectivamente.

Já o Porto de Porto Alegre tem nos fertilizantes o maior índice de movimentações, com 519.507 toneladas movimentadas de janeiro a agosto. O Trigo soma 38.544 toneladas, as demais cargas atingiram 34.488 toneladas e são seguidas pela cevada, com 108.778 toneladas, e sal, com 26.706 toneladas.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 22/09/2021



MERCO SHIPPING MARÍTIMA LTDA

MERCO SHIPPING DISPONIBILIZA O INFORMS TAMBÉM ATRAVÉS DE RSS

Agora ficou mais fácil acompanhar as notícias publicadas no InforMS. A publicação enviada diariamente está agora disponível em tempo real no formato RSS.

Para utilizar os recursos de “feeds” é necessário ter um software agregador de notícias instalado em seu computador. Basta inserir o link do arquivo XML do InforMS <http://www.mercoshipping.com.br/feed.xml> no seu agregador para receber as notícias.

Para obter maiores informações consulte as instruções constante no site da Merco Shipping (www.mercoshipping.com.br).

Fonte : InforMS
Data : 20/04/2006